



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio
Grande do Sul
campus Caxias do Sul

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE
TECNOLOGIA EM PROCESSOS GERENCIAIS

Caxias do Sul, junho de 2018.

Composição Gestora do IFRS – Reitoria

Reitor Substituto

Júlio Xandro Rech

Pró-Reitor de Ensino

Lucas Coradini

Pró-Reitora de Administração

Tatiana Weber

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Amilton de Moura Figueiredo

Pró-Reitora de Extensão

Marlova Benedetti

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Eduardo Giroto

Composição Gestora do IFRS – *Campus* Caxias do Sul

Diretor-Geral

Juliano Cantarelli Toniolo

Diretora de Ensino

Silvana Kissmann

Diretor de Administração

Rodrigo Dullius

Coordenadora de Desenvolvimento Institucional

Greice da Silva Lorenzetti Andreis

Coordenador de Extensão
Jefferson Haag

Coordenador de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Adriano Braga Barreto

Comissão de elaboração do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, designada pela Ordem de Serviço Nr. 005 de 30 de janeiro de 2018.

Fernando Elemar Vicente dos Anjos

Dieter Brackmann Goldmeyer

Daniele Gonçalves de Souza

Jaçanã Eggres Pando

Equipe Pedagógica

Rose Elaine Barcellos Duarte Arrieta – Pedagoga.

SUMÁRIO

1

Identificação do Curso	6
Apresentação	7
histórico	9
cARACTERIZAÇÃO DO <i>campus</i>	12
Contexto Regional	12
Contexto Político	14
Contexto Socioeconômico	15
Contexto Sociocultural	19
Políticas Institucionais	21
Políticas de Ensino	22
Políticas de Pesquisa e Inovação	23
Políticas de Pós-Graduação	24
Políticas de Extensão	24
Concepção político-pedagógica do curso	25
Justificativa	25
OBJETIVOS DO CURSO	30
Objetivo geral	30
Objetivos específicos	30
PERFIL DO CURSO	32
Perfil do egresso	33
Diretrizes e Atos Oficiais	34

<i>Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena</i>	37
<i>Educação Ambiental</i>	37
<i>Componente Curricular de LIBRAS</i>	38
Formas de Ingresso	38
Princípios Filosóficos e Pedagógicos do Curso	39
Representação Gráfica do Perfil de Formação	42
Matriz Curricular	43
Organização por Componente Curricular	45
<i>Atividades Curriculares Complementares</i>	63
Trabalho de Conclusão de Curso	63
Estágio não obrigatório	63
Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem	64
Expressão dos Resultados	67
<i>Estudos de Recuperação Paralela</i>	68
Aproveitamento de Estudos	68
Certificação de Conhecimentos	69
Metodologia de Ensino	70
Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão	71
Políticas de Apoio ao Discente	73
Política de Ingresso Discente	73
Política de Ações Afirmativas	73
Política de Assistência Estudantil	74
Política de Egressos	75
Tecnologias de Informação e Comunicação no Processo Ensino Aprendizagem	75
Articulação com os Núcleos: NAPNE, NEABI e NEPGS	76
Ações Decorrentes dos Processos de Avaliação do Curso	77
Sistema Nacional de Avaliação do Curso (SINAES)	77
Avaliação Institucional	77
Colegiado de Curso	78
Núcleo Docente Estruturante	78
Quadro de Pessoal	79
Corpo Docente e Quadro Técnico-Administrativo	79
Certificados e Diplomas	81
Infraestrutura	82
Casos Omissos	82
Vigência do PPC	82
Referências	84
APÊNDICE A – Regulamento das Atividades Curriculares Complementares	88
APÊNDICE B - Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	91
ANEXO 1 - Regimento dos Colegiados dos Cursos Superiores do IFRS – campus Caxias do Sul	94
ANEXO 2 - Regimento do Núcleo Docente Estruturante	100
ANEXO 3 – Regulamento do Laboratório de Informática	105

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do curso: Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais

Forma de oferta do curso: Curso Superior de Tecnologia

Modalidade: Presencial

Habilitação: Tecnólogo em Processos Gerenciais

Local de oferta: IFRS – *campus* Caxias do Sul

Rua Avelino Antônio de Souza, 1730, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Caxias do Sul, RS, CEP 95043-700.

Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios

Turno de funcionamento: Noite

Número de vagas: 40

Periodicidade de oferta: Anual

Carga horária total: 1.699 horas-relógio

Mantida: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Tempo de integralização: 5 semestres (2 anos e 6 meses)

Tempo máximo de integralização: 10 semestres (5 anos)

Orgão de Registro Profissional: CRA (Conselho Regional de Administração)

Diretora de ensino: Silvana Kissmann

silvana.kissmann@caxias.ifrs.edu.br

(54) 3204 2110

Coordenador do curso: Fernando Elemar Vicente dos Anjos

fernando.anjos@caxias.ifrs.edu.br

(54) 3204 2100

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - *campus* Caxias do Sul. Este projeto tem por finalidade delinear a oferta de um curso cujo objetivo principal é contribuir com a formação e a qualificação de recursos humanos na área de Gestão e Negócios, tendo como público alvo os estudantes com Ensino Médio completo.

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia propicia o desenvolvimento de uma organização pedagógica verticalizada, da educação básica à superior como um de seus fundamentos, permitindo uma trajetória de formação em que o aluno poderá partir do curso de Ensino Médio Integrado e chegar ao Doutorado^[1] em uma mesma instituição de ensino. No âmbito desta proposta, a verticalização do ensino configura-se na relação deste curso com o curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, modalidade PROEJA, ofertado desde 2010 no *campus* Caxias do Sul.

A formação do curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, na conjuntura atual, apresenta-se como um requisito fundamental à gestão das empresas, decorrente das exigências oriundas da globalização. Nesse contexto, são necessários conhecimentos de organização da produção, de gestão de processos financeiros, de marketing e de administração de pessoas, além da otimização de processos, do uso da tecnologia, do planejamento e da construção das estratégias empresariais e do respeito ao meio ambiente e à diversidade social.

A elaboração deste projeto é fruto do envolvimento da equipe de docentes e da equipe técnico-pedagógica, que buscou articular as diferentes áreas de conhecimento na concepção de um perfil de egresso, com competências, saberes e habilidades que atendam à legislação vigente e às necessidades da região. Acredita-se que a proposta possibilita a formação de um profissional que possa atuar em diferentes áreas da gestão de acordo com os arranjos produtivos locais e contribuir, dessa forma, com o desenvolvimento social, industrial e econômico da região, além de contribuir com a formação cidadã desses alunos.

Este documento possui como embasamento legal o que está disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9.394/96); nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Tecnológica; nas Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais, bem como na legislação (Leis, Decretos, Portarias, Resoluções, Diretrizes, Normatizações e Referenciais Curriculares) que norteia a Educação

Profissional e Tecnológica Brasileira.

Dentro dessa concepção, o Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, seguindo as orientações legais, conta com a carga horária total de 1.699h (um mil seiscentas e noventa e nove horas), distribuídas em cinco semestres. A carga horária do curso aloca: 236 horas que constituem a Formação Geral, 1.447 horas que compõem a Formação Específica; além disso, estão previstas 16h (dezesesseis) para atividades complementares.

HISTÓRICO

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) foi criado por meio da Lei 11.892/2008, que instituiu, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Por força de Lei, o IFRS é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação, tendo como prerrogativas a autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Além disso, é uma instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjunção de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Atualmente, o IFRS, cuja reitoria está localizada na cidade de Bento Gonçalves, conta com doze *campi* implantados e cinco em fase de implantação, distribuídos em várias regiões do Estado.

A história do IFRS-*campus* Caxias do Sul faz parte da iniciativa do Governo Federal de implantar 150 novas unidades da Rede Federal de Educação Técnica e Tecnológica, com a previsão da instalação de uma Escola Técnica em cada cidade polo do país. Desse modo, Caxias do Sul foi um dos municípios constantes na Chamada Pública MEC/SETEC nº 001/2007, para apoio à segunda fase do plano de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica.

Tal chamada previa o envio de propostas das prefeituras municipais para estabelecer uma ordem de prioridade na implantação dessa fase e, como contrapartida obrigatória, deveria haver a doação à União de uma área física localizada em perímetro urbano, com dimensões mínimas de 20 mil metros quadrados. Nesses termos, a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul doou, em 12 de dezembro de 2008, uma área de 30 mil metros quadrados, situada à Rua Avelino Antônio de Souza, no Bairro Fátima, às margens da represa São Miguel, integrante do sistema Dal Bó. As obras do *campus* Caxias do Sul iniciaram em 8 de fevereiro de 2009.

Em 20 de março de 2009, ocorreu, na Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, uma audiência pública para a definição dos cursos que seriam ofertados pelo *campus*. Na ocasião, ficou definida a oferta dos cursos superiores: Tecnologia em Metalurgia, Tecnologia em Logística, Licenciatura em Química e Licenciatura em Matemática; e dos cursos técnicos: Plásticos, Química, Mecânica, Cozinha e Comércio.

Em uma audiência pública, realizada em 28 de maio de 2009, na Câmara de Indústria e Comércio (CIC), foi apresentado o projeto inicial do *campus*, realizado pela arquiteta Adriane Karkow e financiado pelo Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul (Simecs), Sindicato das Indústrias de Material Plástico do Nordeste Gaúcho (Simplás), Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (SHRBS), Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas, Farmacêuticas e de Material Plástico e pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas. A partir da definição do projeto, o Aviso de Licitação para a concorrência número 2, de 2009, para construção de instalações prediais do *campus* Caxias do Sul, foi lançado em 13 de outubro.

No prédio definitivo, o projeto arquitetônico previa uma infraestrutura de 21 salas de aula de 54 m² cada, Sala de Desenho Técnico, Laboratórios de Informática, Laboratório de Biologia, Laboratório de Física, Laboratório de Química Geral, Laboratório de Físico-Química, Laboratório de Química Analítica, Laboratório de Microbiologia, Laboratório de Corrosão e Tratamentos de Superfície, Laboratório de Ensaio Mecânicos, Laboratório de Metrologia, Laboratório de Instrumentação, Laboratório de Tratamentos Térmicos, Laboratório de Metalografia, Laboratório de Microscopia, Laboratório de Fundição, Laboratório de Conformação, Laboratório de Soldas, Laboratório de Usinagem Convencional, Laboratório de Usinagem CNC, Laboratório de Hidráulica e Pneumática, Laboratório de Caracterização de Plásticos, Laboratório de Processos de Transformação de Plásticos e Laboratório de Matemática.

Desde janeiro de 2010 até a conclusão parcial das obras, o *campus* funcionou em uma sede provisória, localizado na Rua Mario de Boni, número 2.250, no bairro Floresta. A sede provisória, contava com 4 (quatro) salas de aula, laboratório de informática, biblioteca, área de convivência, mini auditório, sala de professores e área administrativa, em um espaço de 1.600 metros quadrados.

As turmas de cursos técnicos e superiores, com cerca de 30 (trinta) vagas cada, iniciaram as aulas em março de 2010, sendo ofertados os seguintes cursos: Técnico em Plásticos (subsequente); Técnico em Administração, modalidade PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos); Tecnologia em Processos Metalúrgicos; e Licenciatura em Matemática. Em 2011, o *campus* iniciou a oferta dos cursos de Ensino Médio Integrado, sendo ofertados os cursos nas áreas de Fabricação Mecânica, Plásticos e Química aos estudantes egressos do Ensino Fundamental.

A sede própria do *campus* foi inaugurada em 20 de fevereiro de 2014 e, no início daquele ano letivo, as atividades do *campus* Caxias do Sul entraram em funcionamento na sede localizada no bairro Nossa Senhora de Fátima, em um espaço de mais de 7.000 m² de área construída. O *campus* conta com salas de aula e laboratórios distribuídos em cinco prédios, entre esses os Laboratórios de Informática, atendendo projetos em sistemas CAD, CAM e CAE, os de Matemática, Química, Física, Metrologia Dimensional, Ensaio Mecânicos, Metalografia e Microscopia, Caracterização e Transformação de Polímeros, Hidráulica e Pneumática, assim como os Laboratórios de Processos de Fabricação Mecânica: Conformação Mecânica, Soldagem, Usinagem Convencional, Usinagem CNC e de Tratamentos Térmicos. Além disso, dispõe de salas de conveniência, de atendimento e de estudos para os alunos e sala dos professores. A biblioteca ocupa 185 m², mas com o projeto de um novo prédio, a biblioteca ocupará 270 m² para acervo e mais 315 m² para salas de estudo individuais e em grupos.

Em 2015, o *campus* Caxias do Sul deu mais um passo no processo de verticalização do ensino, passando a ofertar o primeiro curso de Mestrado Profissional em Tecnologia e Engenharia de Materiais em parceria com os *campi* de Feliz e Farroupilha do IFRS. As duas linhas de pesquisa do curso - desenvolvimento de materiais de engenharia e tecnologia da transformação de materiais - foram delimitadas de acordo com as características do setor produtivo da região, considerando-se, também, a estrutura tecnológica e didático-pedagógica dos três *campi* onde o curso é ofertado.

CARACTERIZAÇÃO DO CAMPUS

Nesta seção, apresentam-se informações com o propósito de caracterizar o *campus* de Caxias do Sul no que diz respeito aos aspectos históricos, culturais, sociais, econômicos e políticos da região em que está inserido. Além disso, expõem-se as políticas institucionais, de ensino, de pesquisa, de inovação, de pós-graduação e de extensão que regulamentam as ações desenvolvidas no âmbito do IFRS.

Contexto Regional

A história do município de Caxias do Sul inicia-se com os tropeiros que conduziam gado para outros Estados, com os índios que aqui habitavam e, logo após, com uma leva de imigrantes de várias etnias, principalmente, de origem italiana. Hoje, apenas uma parte da população descende de italianos, a população total de Caxias do Sul em 2014 era de 473.955 habitantes (Fundação de Economia e Estatística - FEE, 2014a). Muitos habitantes da cidade são provenientes de diversas regiões do RS, bem como de outros estados brasileiros, principalmente de Santa Catarina e do Paraná. Do total de habitantes, 96,295% vivem na área urbana e 3,71 % na área rural (Prefeitura de Caxias do Sul, 2014). Por sua vez, os setores de Comércio e de Serviços contribuem com 55,82% da economia e a agropecuária com 1,63% da economia ativa (Tabela 1).

Caxias do Sul destaca-se também pela qualidade de vida da sua população. O município ocupou no período de 2010 a 2012 o quarto lugar no Índice que mede a qualidade de vida (IDESE) entre os municípios do Rio Grande do Sul, com mais de 100.000 habitantes (FEE, 2014 b).

Diante desse cenário, em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional, o qual define que “a verticalização do ensino também pode possibilitar que os educandos realizem seus estudos, progredindo na área de formação inicial na mesma instituição”, o *campus* Caxias do Sul oferta a graduação em Tecnologia em Processos Metalúrgicos e o Mestrado Profissional em Tecnologia e Engenharia de Materiais possibilitando, assim, aos educandos, a construção e a reconstrução dos saberes. Além desses cursos, há a oferta, também, do Curso Superior de Licenciatura em Matemática (diurno e noturno), Curso Técnico Integrado em Administração – modalidade PROEJA (noturno), Curso Técnico Subsequente em Plásticos (noturno) e Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Plásticos, em Química e em Fabricação Mecânica (diurnos).

Portanto, o *campus* Caxias do Sul, sendo parte do bloco de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e possuindo características próprias de um *campus* que está situado num polo industrial amplamente desenvolvido, tem como um dos seus principais objetivos ofertar cursos que devem, ao mesmo tempo, suprir necessidades de desenvolvimento da região, bem como proporcionar aos egressos desses cursos não apenas emprego, mas uma nova perspectiva de vida em sua trajetória como cidadão.

Contexto Político

Em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o IFRS possui como missão:

Promover a educação profissional, científica e tecnológica, gratuita e de excelência, em todos os níveis e modalidades, através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, em consonância com as demandas dos arranjos produtivos locais, formando cidadãos capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável. (IFRS, 2014a, p. 17).

A visão institucional do IFRS é “Ser uma instituição de excelência em educação, ciência e tecnologia” (IFRS, 2014a, p. 17). Os princípios constitucionais da Administração Pública são: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, além dos princípios da ética, desenvolvimento humano, inovação, desenvolvimento científico e tecnológico, qualidade e excelência, autonomia, transparência, respeito e compromisso social (IFRS, 2014a, p. 17).

Em nível nacional, conforme o PDI (IFRS, 2014a, p. 21), a criação dos Institutos Federais foi uma forma de reorganizar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, fortalecendo a educação profissional de nível técnico em todo o Brasil. Os Institutos Federais possuem como diretriz a verticalização de ensino através da oferta de cursos técnicos de nível médio, de graduação e de pós-graduação, dentro dos espaços geográficos ocupados pelos seus *campi*. Além disso, o IFRS baseia-se no desenvolvimento integral do cidadão, na equidade, na competitividade econômica e na geração de novas tecnologias. De forma a atender a essas demandas, o Estatuto do IFRS (BRASIL, 2014a) prevê a garantia de vagas para a educação profissional técnica de nível médio e para cursos de licenciatura e/ou programas especiais de formação pedagógica, conforme

Art. 6º No desenvolvimento de sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio e o mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas para cursos de licenciatura e ou programas especiais de formação pedagógica, ressalvado o caso previsto no § 2º do Art. 8º e o previsto no inciso I do art. 7º da Lei Nº 11.892/08.

Parágrafo único: os percentuais previstos no caput deste artigo deverão ser atingidos preferencialmente em cada campus. (BRASIL, 2014a, Art. 6º).

O *campus* Caxias do Sul atende ao previsto no Estatuto do IFRS, uma vez que conta com quatro cursos de nível médio técnico (Fabricação Mecânica, Química, Plásticos e Administração), com um curso Superior de Tecnologia em Processos Metalúrgicos, com um curso de Licenciatura em Matemática e o Mestrado Profissional em Tecnologia e Engenharia de Materiais.

O PDI (IFRS, 2014a, p. 29) prevê a articulação do ensino de graduação com os demais níveis de ensino da Instituição, com a pesquisa

e com a extensão, refletindo “uma política nacional de educação, ciência e tecnologia que visa à qualidade da formação profissional”. Dessa forma, o papel do ensino de graduação está vinculado à gestão democrática, ao incremento tecnológico e à reflexão ética.

O ensino, nesse contexto, assume o compromisso com a formação de cidadãos trabalhadores, com a interculturalidade, com a democratização do conhecimento científico, tecnológico e pedagógico, com a promoção da cultura, tendo a pesquisa e a extensão como princípios educativos. O ensino de graduação difunde, também, o exercício da autonomia, da liberdade para pensar, criticar, criar e propor alternativas.

Sob esse viés, conforme o PDI (IFRS, 2014a, p. 29), a criação de novos cursos deve considerar a política de expansão do IFRS, devendo especificar as metas sociais e políticas que se pretende alcançar com a formação oferecida, a concepção curricular e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A adequação do projeto pedagógico às demandas locais e regionais deve considerar as potencialidades da Instituição no que se refere às condições infraestruturais e ao corpo docente. Nessa perspectiva, o Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais a ser ofertado pelo IFRS – *campus* Caxias do Sul contará com um corpo docente especializado, envolvido com atividades de ensino, pesquisa e extensão, proporcionando um compartilhar de diferentes experiências científicas e pedagógicas.

Contexto Socioeconômico

Um dos objetivos dos Institutos Federais é definir políticas que atendam às necessidades e às demandas regionais. Os *campi* do IFRS atuam em áreas geográficas e realidades socioeconômicas distintas, nas áreas de agropecuária, setor de serviços, industrial, vitivinicultura, turismo, entre outros, estando localizados em regiões que se constituem uma referência em termos de necessidade de formação profissional (IFRS, 2014a, p. 31).

Em conformidade com o documento “Perfil Sócio Econômico: Caxias do Sul” (SDE, 2014), o município de Caxias do Sul está localizado na extremidade leste da encosta superior do nordeste do estado do Rio Grande do Sul, no sul do Brasil e ocupa uma área territorial de 1.648,60 quilômetros quadrados (0,55% da área do Estado). A história da colonização de Caxias do Sul começa em 1875 com a chegada dos primeiros imigrantes italianos na região serrana. Os imigrantes na sua maioria eram camponeses da região do Vêneto, situada ao norte da Itália. Dois anos após a chegada dos imigrantes à sede da colônia Campo dos Bugres, como foi chamada inicialmente, recebeu a denominação de Colônia de Caxias. No dia 20 de junho de 1890, foi criado o município e, em 24 de agosto do mesmo ano, foi efetivada sua instalação. No dia 1º de junho de 1910, Caxias do Sul foi elevada à categoria de cidade. Vários ciclos econômicos marcaram a evolução do município ao longo dos séculos XX e XXI. O primeiro deles está ligado ao cultivo da videira para consumo próprio e, posteriormente, para a comercialização. Ainda nas primeiras décadas do século passado surgiram as fábricas mecanometalúrgicas e têxteis, as quais se consolidaram como polos industriais atuantes. Foi a partir da instalação da indústria automobilística no país, no final da década de 1960, que a indústria metalmeccânica viveu sua grande fase de expansão.

A economia caxiense (SDE, 2014) é constituída por, aproximadamente, 34 mil estabelecimentos, sendo em torno de 6.224 empresas do setor industrial e, dentre elas, cerca de 2.094 constituem o polo metalomecânico do município. Isso faz com que a economia do município seja a terceira do Estado, com PIB de R\$ 15,69 bilhões, que coloca Caxias do Sul entre as primeiras 100 cidades do país, incluindo capitais, ocupando o 34º lugar. Em 2010, a renda per capita do município era de R\$ 36.034 enquanto a renda per capita do Estado estava no patamar de R\$ 22.244,00 (62% maior que a renda do RS). O peso maior da atividade industrial está concentrado no segmento metalomecânico: é o segundo maior polo do Brasil. No setor da microfusão, fabricam-se peças para indústria armamentista, aeronáutica, de prospecção de petróleo, autopeças, componentes agrícolas e moldes e matrizes. Na área de bens de capital, o município abriga um dos cinco maiores fabricantes de carrocerias para ônibus do mundo e é, também, um dos cinco maiores fabricantes de veículos e implementos rodoviários da América do Sul.

A população de Caxias do Sul é de 473.955 habitantes, sendo a segunda maior cidade no Estado em número de habitantes, ficando depois da capital, Porto Alegre, que possui 1.472.482 habitantes (IBGE, 2014). Atualmente, apenas parte da população é descendente dos imigrantes italianos, pois ao longo da história a cidade recebeu imigrantes de diversas etnias, vindos de outras cidades do Brasil e também do exterior. O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) é um índice calculado pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), que avalia o grau de desenvolvimento dos municípios gaúchos, variando de zero a um. Em 2012, Caxias do Sul obteve índices superiores ao do Estado em todos os blocos do IDESE, conforme Tabela 2, apontando um alto grau de desenvolvimento.

Tabela 2 – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico 2012.

	IDESE	Educação	Renda	Saúde
RS	0,744	0,685	0,745	0,804
Caxias do Sul	0,806	0,706	0,847	0,864

Fonte: FEE (2012).

Além disso, o município de Caxias do Sul é considerado livre de analfabetismo, com uma taxa de 2,36% de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais (FEE, 2010). Na Tabela 3, apresenta-se o número de estabelecimentos de ensino em Caxias do Sul e, na Tabela 4, o número de estudantes matriculados em cada rede de ensino, para cada etapa ou modalidade, apresentados pelo IBGE, em 2012. Na tabela 5, apresenta-se o número de alunos atendidos semestralmente pelo *campus* Caxias do Sul.

Tabela 3 – Estabelecimentos de ensino em Caxias do Sul.

Rede Estadual	Rede Federal	Rede Municipal	Rede Particular	Total
55	1	85	196	337

Fonte: IBGE (2012).

Tabela 4 – Matrículas em cada rede de ensino, para cada etapa ou modalidade, em Caxias do Sul.

	Creche	Pré-escola	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Profissional	Educação Especial	Educação de Jovens e Adultos	Total
Rede particular	5.194	4.953	8.255	2.527	3.986	81	1.753	26.749
Rede municipal	0	1.203	31.770	0	0	120	1.667	34.760
Rede estadual	0	0	16.383	13.660	518	179	2.044	32.784
Rede federal	0	0	0	173	6	0	46	225
Total	5.194	6.156	56.408	16.360	4.510	380	5.510	94.518

Fonte: IBGE (2012).

Tabela 5 – Número de alunos do *campus* Caxias do Sul por semestre.

Curso	2010	2011 A	2011B	2012 A	2012 B	2013 A	2013 B	2014 A	2014 B	2015 A	2015 B	2016 A
Licenciatura em Educação Profissional	29	27	1	22	25	0	0	0	0	0	0	0
Licenciatura em Matemática	41	64	61	110	83	96	123	142	107	131	112	166
Tecnólogo em Processos Metalúrgicos	35	69	53	95	73	81	107	132	144	167	181	244
Técnico em Fabricação Mecânica - EM		35	35	65	65	43	43	98	98	136	136	152
Técnico em Química - EM		35	35	58	58	49	49	104	104	150	150	184
Técnico em Plásticos - EM		35	35	60	60	38	38	85	85	129	129	154
Técnico em Plásticos - Subsequente	24	10	7	6	6	0	0	28	17	40	29	63
Técnico em Administração - Projeja	37	37	13	48	29	27	21	13	11	39	39	66
Mestrado em Engenharia de Materiais										15	15	13
Total	166	312	240	464	399	334	381	602	566	807	791	1042

Fonte: Secretaria de Registros Escolares (2016).

Contexto Sociocultural

Com respeito aos aspectos socioculturais (SDE, 2014), Caxias do Sul conta com espaços para a realização de espetáculos culturais e esportivos, entre eles Casa da Cultura, Teatro do Sesi, Centro Municipal de Cultura Dr. Henrique Ordovás Filho, Espaço Multicultural da Festa da Uva, Centro de Eventos da Festa Nacional da Uva, entre outros. Em 2008, a cidade foi eleita a Capital Nacional da Cultura e, em 2009, ficou em primeiro lugar em gestão cultural no Brasil.

A educação ofertada no *campus* Caxias do Sul do IFRS tem por base os princípios da ação inclusiva do IFRS, a saber: respeito à diferença, igualdade de oportunidades e de condições de acesso, inclusão, permanência e êxito, garantia da educação pública, gratuita e de excelência, defesa da interculturalidade, e integração com a comunidade escolar e acadêmica. A educação inclusiva no IFRS visa a atender às necessidades educativas específicas dos estudantes, através do desenvolvimento de práticas pedagógicas com estratégias diversificadas.

Diante desse cenário sociocultural, o *campus* Caxias do Sul desenvolve suas ações educativas. Nessas ações, pode-se destacar aquelas promovidas pelo Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE), Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS), implantados pelo IFRS, que atuam diretamente em questões relacionadas à política de ações afirmativas.

O NAPNE visa à inclusão social de pessoas com necessidades educacionais especiais (PNEEs) através da tecnologia, educação e profissionalização. O núcleo realiza pesquisas na área de educação especial e de informática; além de promover e qualificar a inserção desses indivíduos na comunidade.

O NEABI é um espaço que reúne docentes, técnico-administrativos em educação, estudantes e outros interessados nas questões étnico-raciais. O núcleo presta assessorias relativas à implementação da Lei 11.645/08 (BRASIL, 2008a), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial das redes de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” e realiza atividades sobre essa temática junto a comunidade interna e externa do campus.

O NEPGS tem como objetivo desenvolver investigações com foco em temáticas relativas aos estudos de Gênero e promover ações de combate e de conscientização sobre a importância do respeito à diversidade. Além disso, busca divulgar suas pesquisas e ações através de produções científicas relevantes. Os estudos desenvolvidos pelo NEPGS integram as atividades acadêmicas e visam à articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Contexto Ambiental

Em relação ao contexto ambiental (SDE, 2014), o município desenvolve projetos e atividades que visam a incentivar e a conscientizar a população na direção de uma cidadania ecológica. Esse trabalho envolve a recuperação e a construção de áreas de lazer da cidade, tais como praças, parques e jardins, entre os quais podemos citar Mato Sartori, Jardim Botânico, Parque Getúlio Vargas (Parque dos Macaquinhos), Parque Cinquentenário, Praça Dante Alighieri, Parque da Lagoa do Desvio Rizzo e Parque de Exposições da Festa da Uva. Além disso, o município desenvolve programas voltados à educação ambiental, tais como Conhecer para Preservar, Plantando uma Nova Caxias, Repovoamento da Araucária e Programa Lixo Mínimo (PROLIM), bem como promove concursos como o Calendário Ecológico, Clic Ambiental, Olimpíada Ambiental e Parlamento Ambiental. Em 2007, de forma pioneira e única no Brasil, a Companhia de Desenvolvimento de Caxias (CODECA), implantou a coleta automatizada de lixo. Em 2014, conforme dados do município, havia 1.400 contêineres para coleta de lixo orgânico e 1.400 para coleta de lixo seletivo, atendendo mais de 165 mil pessoas.

O Decreto nº 5.940 (BRASIL, 2006) institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. O *campus* Caxias do Sul, atendendo às políticas municipais e ao decreto mencionado, conta com a “Comissão para a Coleta Seletiva Solidária”, composta por servidores que atuam na execução de ações socioambientais, auxiliando no processo de reciclagem de resíduos do *campus*. Essa prática auxilia na preservação de recursos naturais através do reaproveitamento de resíduos, no aumento da vida útil dos aterros sanitários, na redução da emissão de poluentes e na ampliação da consciência ambiental da sociedade através de mecanismos geradores de renda e trabalho.

Os artigos 1º e 4º da Lei 9.795 (BRASIL, 1999), que dispõe sobre a educação ambiental, preconizam

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. [...]

Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental:

- I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III - o pluralismo de ideias (*sic*) e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Em atenção à referida Lei, o Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, visando “à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído” (BRASIL, 2012a), promoverá reflexões acerca desse tema não só nos componentes curriculares que compõem a matriz curricular, bem como por meio de ações articuladas em projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Políticas Institucionais

Conforme o PDI (IFRS, 2014a, p. 99), o ser humano é um ser de relações e na convivência com outros seres, se constitui. Encontra-se em permanente movimento no tempo e no espaço, sempre em busca de sanar suas necessidades para produzir sua existência. Essa iniciativa, que os seres humanos possuem em sua essência, materializa-se através do trabalho, que resulta na produção de conhecimento e na consequente formação de uma bagagem cultural. Sendo assim, o ser humano como sujeito cognoscente, reflete sobre sua própria existência e atua politicamente na realidade, transformando a sociedade. Pensar no ser humano significa projetar sua coletividade em uma sociedade que represente um espaço de possibilidades dialógicas, históricas e culturais.

Dessa forma, busca-se uma educação voltada para uma sociedade baseada em relações igualitárias, na qual a democracia remeta ao conceito amplo de cidadania, que pressupõe acesso à educação, cultura, trabalho, qualidade de vida, entre outros (IFRS, 2014a, p. 100). O IFRS entende a educação como um processo complexo e dialético, uma prática contra-hegemônica que envolve a transformação humana na direção do seu desenvolvimento pleno.

Tendo por base esses princípios filosóficos, o IFRS desenvolve as seguintes políticas institucionais: compromisso com a Educação Profissional, verticalização do ensino, currículo (avaliação, inclusão, atividades práticas e estágio, componentes curriculares, perfil do egresso), pesquisa e inovação, pós-graduação, extensão,

gestão de pessoas, atendimento aos discentes, ingresso discente, assistência estudantil, egressos, ações afirmativas e educação a distância.

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão está diretamente relacionada à organização curricular e à flexibilização dos tempos e dos espaços escolares e extraescolares. Os saberes necessários ao trabalho conduzem à efetivação de ações do ensino e da aprendizagem (construção dialógica do conhecimento), da pesquisa (elaboração e reelaboração de conhecimentos) e da extensão (ação-reflexão com a comunidade). A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ocorre através da articulação das diferentes áreas do conhecimento com a inovação científica e tecnológica, promovendo a inserção e a interação do IFRS nos planos local, regional, nacional e internacional.

Políticas de Ensino

A Educação Profissional articula, sob a perspectiva da totalidade, síntese de múltiplas relações, sem dicotomia entre conhecimentos gerais e específicos, os seguintes conceitos: trabalho, cultura, ciência e tecnologia (IFRS, 2014a, p. 107).

A verticalização do ensino pressupõe que todos os sujeitos envolvidos no processo educacional atuem em diferentes níveis e modalidades, compartilhando os espaços pedagógicos, estabelecendo itinerários formativos, por meio de ações integradas entre ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, entende-se que a atuação em diferentes níveis e modalidades permite aos sujeitos envolvidos no processo educacional a reconstrução de seus saberes por meio da dialogicidade, possibilitando a reflexão constante sobre o agir pedagógico.

O IFRS concebe o currículo em uma perspectiva ampliada, que contempla as diversas experiências de aprendizagem, os esforços pedagógicos e as intenções educativas (IFRS, 2014a, p. 110). O currículo é compreendido como uma construção coletiva que aponta uma intencionalidade do ato educativo que leva em consideração a compreensão filosófica, sociológica e epistemológica relacionada ao mundo do trabalho. O desenvolvimento curricular parte da premissa de uma educação inclusiva, que perpassa aos processos avaliativos, às práticas de ensino e ao perfil do egresso.

Políticas de Pesquisa e Inovação

As políticas de pesquisa e inovação do IFRS, explicitadas no PDI (IFRS, 2014a), pautam-se nas finalidades e nos objetivos preconizados na Lei de criação dos Institutos Federais, fomentam a realização de pesquisas aplicadas, estimulam o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, além de criar mecanismos para estender seus benefícios à sua região de abrangência, sem descuidar do alcance nacional e internacional. Da mesma forma, as políticas de pesquisa do IFRS buscam o alinhamento com o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020 (CAPES, 2010), o qual define as novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para política de pós-graduação e pesquisa no Brasil. Tais políticas alinham-se ao documento “Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015” (MCTI, 2012), o qual define a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, com o objetivo de situar o Brasil na vanguarda do conhecimento científico e tecnológico.

Para isso, o IFRS busca priorizar a realização de projetos de pesquisa e de programas de cooperação e intercâmbio direcionados à implementação de ações técnico-científicas, para a execução de atividades de pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação com vistas ao atendimento das demandas locais, regionais e nacionais. Nesse intuito, estabelece e mantém intercâmbio com instituições científicas nacionais e internacionais, visando firmar contatos e convênios sistemáticos na área da pesquisa educacional, promovendo o intercâmbio entre pesquisadores e estudantes, além do desenvolvimento de projetos comuns.

Políticas de Pós-Graduação

As políticas de Pós-Graduação do IFRS buscam assegurar a necessária articulação entre ciência, tecnologia e cultura, e entre ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista o compromisso de contribuir para o desenvolvimento nacional, com destaque à sua atuação no plano local e regional, conforme prevê o PDI (IFRS, 2014a, p. 123). O IFRS vem buscando, portanto, ofertar uma educação que possibilite aos indivíduos gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, permitindo-lhes “problematizar o conhecido, investigar o não conhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu lócus de forma a se tornarem credenciados a ter uma presença substantiva a favor do desenvolvimento local e regional” (IFRS, 2014a, p. 124). A Pós-Graduação representa um sistema de cursos que se superpõe à graduação com objetivos mais amplos e aprofundados de formação científica ou cultural. O ensino de Pós-Graduação no IFRS vem sendo implantado nos formatos *lato sensu* e *stricto sensu*, respeitado o princípio da aplicabilidade investigativa.

Políticas de Extensão

A ação extensionista é compreendida, no contexto do IFRS, como prática acadêmica que interliga o próprio Instituto, nas suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da comunidade, possibilitando a formação de profissionais aptos a exercerem a sua cidadania, a contribuir e a humanizarem o mundo do trabalho. O IFRS, por meio da extensão, contribui para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região, articulando teoria e prática e produzindo novos saberes.

O *campus* Caxias do Sul entende que a extensão fortalece a sua relação com a comunidade, porque propicia a participação institucional em ações sociais que priorizam a superação das condições de desigualdade e exclusão. Neste sentido, o Curso de Tecnologia em Processos Gerenciais busca oportunizar, por meio de projetos, a interação dos estudantes com as diferentes realidades empresariais.

CONCEPÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

Nesta seção, justifica-se a existência do curso em questão, apresentam-se seus objetivos, as formas de ingresso, o perfil profissional do egresso, os princípios filosóficos e pedagógicos do curso, a estrutura curricular, os conteúdos curriculares, a metodologia, as atividades complementares, o trabalho de conclusão de curso, a avaliação do processo *ensino aprendizagem* [2], o aproveitamento de estudos e certificação de conhecimentos, as políticas de apoio ao discente, as tecnologias de informação e comunicação no processo ensino aprendizagem, as ações decorrentes dos processos de avaliação do curso, a integração com as redes públicas de ensino, a articulação com os núcleos NAPNE, NEABI e NEPGS, o colegiado, o núcleo docente estruturante, o quadro de pessoal, os diplomas, e a infraestrutura.

Justificativa

O curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais visa formar profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento tanto local quanto regional, utilizando-se de técnicas administrativas e ferramentas que possam apoiar a organização dos processos de negócios das pequenas e médias empresas, bem como das empresas de grande porte. A formação do profissional deste novo século é

concebida como um agente da construção e aplicação do conhecimento, tendo esse a função de compreender, planejar, organizar, coordenar e criar situações, além de tomar decisões.

O curso deverá garantir as competências dessa formação, estando, portanto, orientado por princípios éticos, políticos e pedagógicos, buscando articular tecnologia e humanismo, tendo a prática profissional como eixo principal do currículo da formação tecnológica. O ambiente da formação, composto por espaços didáticos e pela relação com empresas, possibilitará aos egressos experiências de aprendizagem que integram a teoria e a prática profissional. Dessa forma, os alunos poderão vivenciar o trabalho coletivo, solidário e interativo, contribuindo para a qualificação individual, profissional; valorizando o trabalho em equipe.

Cabe ressaltar, além da formação superior para o mundo do trabalho, o enfoque dado para o empreendedorismo, para a inovação e para os processos gerenciais das variadas áreas de uma organização: marketing, produção e operações, gestão de pessoas e financeira. O curso possui enfoque para a criação de novas organizações, novas formas de negócios, produtos e serviços inovadores, observando o respeito ao meio ambiente, ao emprego de novas tecnologias e às tendências da área administrativa. Além disso, trata da gestão dos processos estratégicos, tecnológicos e da integração sistêmica entre todas as áreas da gestão empresarial.

Atualmente, a Educação Profissional e Tecnológica é ofertada pelas instituições da Rede Federal, Redes Estaduais e Municipais além dos Sistemas Nacionais de Aprendizagem, entre outros. Entretanto, a oferta é muito pequena para a demanda existente no país, muito embora, de acordo com estimativas mais recentes, já atinja cerca de cinco milhões de trabalhadores em todo Brasil, considerando Cursos Técnicos, Tecnológicos, de Qualificação e de Formação Inicial e Continuada. Mesmo assim, está longe de atingir a população que precisa se qualificar a fim de adquirir e construir saberes científicos para ingressar no mundo do trabalho.

A área profissional da Gestão, objeto deste Projeto de Curso, por sua própria natureza de atividade-meio, está presente em todas as atividades econômicas. Pode-se dizer, de forma genérica, que as atividades de gestão estão direcionadas à oferta de apoio administrativo e logístico a todas as cadeias produtivas, qualquer que seja o setor econômico no qual ela se desenvolva. Assim, é possível identificar a necessidade de se planejar, de forma organizada e sistemática, tanto o apoio às atividades agropecuárias e extrativas como às atividades industriais ou de comercialização e prestação de serviços. Essa característica faz com que os profissionais e especialistas em Gestão possam ser encontrados em diversas organizações, sejam elas públicas ou privadas, de todos os portes e de diferentes ramos de atividades.

Acompanhando essa tendência mundial, a Região da Serra, especificamente o município de Caxias do Sul, apresenta, nos últimos anos, uma carência significativa de profissionais na área de Gestão. Nesse sentido, é preciso levar em consideração a importância que o setor produtivo atribui à organização profissional. Assim, o Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, bem como os cursos básicos de qualificação profissional relacionados ao setor, tem por objetivo desenvolver atividades referentes às práticas profissionais, trazendo-as o mais próximo possível da realidade. Ao mesmo tempo, oferece oportunidade para vivências concretas possíveis de serem percebidas pelo mundo do trabalho, as quais viabilizarão, então, o acesso e a oportunidade de emprego que valorizam a experiência profissional.

O elevado número de empresas que tem investido em oferta de capacitação para os seus funcionários reflete a carência que o setor enfrenta em relação à qualificação dos profissionais. Essa busca de capacitação revela-se, basicamente, segundo informações do próprio segmento, na falta de noções básicas de Informática, de Redação, de Matemática, além da dificuldade de trabalhar em equipe, de aprender novas habilidades, funções e competências profissionais, necessárias para os mais variados setores produtivos. A análise das necessidades apontadas pelas empresas permite a organização de uma base conceitual e teórica sobre a qual se constitui um projeto de profissionalização consistente, com vistas a aprimorar o desempenho dos alunos, o que é uma característica da valorização do conceito ampliado de Educação Profissional, que aproxima a Escola do setor produtivo.

A finalidade do IFRS sempre foi a de atender aos arranjos produtivos locais e regionais, buscando inovações tecnológicas e difundindo esses conhecimentos. Nesse sentido, a comunidade local e regional de Caxias do Sul foi consultada a respeito das possibilidades de cursos a serem desenvolvidos. As consultas realizadas na região apontam para a necessidade de cursos técnicos e de graduação não só na área das engenharias, mas também na área de gestão e negócios.

Assim sendo, o *campus* de Caxias do Sul adota os pressupostos metodológicos elencados neste Projeto Pedagógico de Curso, a fim de formar profissionais conscientes de sua cidadania, preocupados em transformar a realidade com a finalidade de alcançar uma sociedade mais democrática, solidária e humanista. Partindo dessa premissa é que a organização do currículo está baseada no conceito de construção coletiva e sistematização dos saberes feitos pelos sujeitos ao longo da vida, respeitando a individualidade de cada estudante.

Formar o Tecnólogo em Processos Gerenciais, através de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos que seja capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico da região, é o grande objetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - *campus* Caxias do Sul. Esse profissional, com ênfase no desenvolvimento de competências voltadas à Gestão, ao Empreendedorismo e às Relações Interpessoais, encontra espaço privilegiado no mundo de trabalho da região, tanto na indústria quanto em empresas comerciais ou de prestação de serviços, por se tratar de um profissional fundamental para o funcionamento desses setores da economia.

Valoriza-se, no presente curso, o aspecto ético, utilizando ferramentas que possam apoiar os egressos a melhorar a qualidade dos processos empresariais em áreas como atendimento a clientes, vendas, qualidade e em processos administrativos da área de pessoas. Mais do que isso, o curso permite desenvolver competências ligadas às mais diversas áreas de gestão para que os egressos possam atuar em processos gerenciais, tais como: marketing e vendas; finanças e contábil; pessoas e talentos; produção, operações e logística; e gestão estratégica. Além dos processos de gestão, visa a uma integração dessas áreas com as questões ambientais, com a tecnologia da informação, com a gestão da inovação, com o desenvolvimento de novos produtos/serviços e com a gestão de competências.

O Município de Caxias possui, segundo a Prefeitura Municipal, aproximadamente 34.000 empresas e 175.000 empregos formais. A maioria delas atua no setor industrial, seguido pelo setor de serviços, comércio, construção civil e agricultura; sendo necessário a abertura do curso, pois há uma demanda reprimida de um curso superior público na área de gestão. Portanto, justifica-se a oferta de um Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, que valorizará a formação de profissionais que possam ser empregados nas empresas da região. A verticalização do ensino será alcançada ao relacionar-se o presente projeto ao Curso Técnico em Administração, modalidade PROEJA, já ofertado no campus. Este curso ampliará as competências humanísticas e técnicas dos profissionais egressos do Ensino Médio, oferecendo-

lhe novas oportunidades de formação e de desenvolvimento de sua carreira a partir de um curso superior.

OBJETIVOS DO CURSO

Objetivo geral

Formar profissionais habilitados para atuar junto a empresas do setor público e privado, com capacidade de análise, planejamento e gestão de todos os processos que possam envolver uma organização.

Objetivos específicos

O Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais deverá permitir o desenvolvimento das seguintes capacidades:

- Identificar processos administrativos e de governança alinhados com registros e controles contábeis básicos de uma organização;
- Realizar análises e demonstrações financeiras, com a elaboração de orçamentos, planejamento e controle orçamentário e gerencial;
- Gerenciar processos de marketing, vendas e pesquisas de mercado;
- Gerenciar processos produtivos, operações, cadeia de suprimentos e logísticos;
- Elaborar planos, programas, projetos, orçamentos e cronogramas;
- Elaborar estratégias de gestão e planos estratégicos empresariais;
- Elaborar planos de empreendedorismo e de gestão da inovação.
- Atuar de forma ética e responsável; respeitando os valores éticos, a pluralidade cultural, o meio-ambiente e a diversidade étnico-racial;
- Articular conhecimentos, numa relação de horizontalidade com os diferentes saberes e com a prática dos processos gerenciais;
- Tomar decisões na área comercial, de produção e logística, pessoal, financeira, econômica, patrimonial e outras afins, de acordo com os princípios éticos, humanos, sociais e ambientais;
- Desenvolver a autonomia e o perfil empreendedor para atuar como gestor de seu próprio negócio e identificar novas oportunidades de trabalho; fomentando, assim, o desenvolvimento de novos negócios;
- Utilizar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) nos contextos profissional e social;
- Compreender as temáticas envolvendo educação ambiental, direitos humanos, cultura afro-brasileira e indígena, desenvolvidas transversalmente no contexto das componentes curriculares do curso.

PERFIL DO CURSO

O curso foi estruturado a partir da percepção da necessidade de formar profissionais aptos a trabalhar na área de gestão empresarial e visa a formar profissionais capazes de contribuir com o desenvolvimento local e regional nos seus aspectos sociais, políticos e econômicos. A formação do tecnólogo, nesse contexto, é concebida como um agente da construção e da aplicação do conhecimento, tendo a função de organizar, coordenar, criar situações e tomar decisões. A elaboração do curso parte dos seguintes núcleos da gestão empresarial: Processos Empresariais Básicos, Processos de Gestão de Pessoas, Processos de Gestão de Marketing, Processos de Gestão de Produção e Operações, Processos Financeiros, Processos de Gestão Empreendedora e Estratégica. Aliados a esses, foi incluído um núcleo referente às metodologias de pesquisa e de elaboração de trabalhos técnicos: Núcleo de Pesquisa.

No perfil de formação do Tecnólogo em Processos Gerenciais, há uma integração dos núcleos de formação ao longo dos cinco semestres do curso. A formação básica integra-se com as áreas específicas dos processos gerenciais ao longo da conclusão dos componentes curriculares. Assim, são valorizadas as competências de expressão e humanísticas em paralelo com o raciocínio lógico e matemático, dando-se ênfase para os aspectos ligados aos processos de gestão. Além disso, a aprendizagem da língua inglesa ligada aos negócios é valorizada.

No núcleo básico, ainda, serão desenvolvidos os conhecimentos ligados à redação técnica, informática aplicada, estruturas empresariais e integração ambiental. No núcleo tecnológico, o profissional deverá entender as diferentes estratégias de pesquisa e as técnicas utilizadas para obtenção, coleta e análise de dados, bem como as formas de apresentação de suas pesquisas.

No núcleo tecnológico dos processos de gestão de pessoas, os profissionais construirão conhecimentos relacionados ao comportamento e à cultura organizacionais, ao sistema de gestão de pessoas e aos seus subsistemas. No núcleo tecnológico dos processos de marketing, serão construídos conhecimentos relacionados ao mercado e à economia, ao composto mercadológico, ao comportamento do consumidor e à pesquisa de mercado. No núcleo tecnológico relacionado ao gerenciamento dos processos de produção e de operações, serão abordados temas como os diferentes materiais de produção e seus processos de transformação, planejamento, programação bem como controle da produção, gerenciamento da produção e da cadeia de suprimentos.

No núcleo tecnológico de processos financeiros, serão construídos conhecimentos relacionados a temas como a contabilidade empresarial, os custos e a precificação dos produtos, a matemática financeira, a administração, o planejamento e o orçamento financeiro. Já no núcleo tecnológico de processos de gestão empreendedora e estratégica, as diversas estratégias serão abordadas, como: a gestão estratégica da informação, as estratégias de marketing, a gestão estratégica de pessoas, o pensamento sistêmico nas organizações e a elaboração de planos de negócios.

O curso deverá proporcionar a construção de conhecimentos por parte dos alunos, promovendo a formação de excelência aos alunos, subsidiada por princípios éticos, políticos e pedagógicos, buscando articular tecnologia e humanismo, tendo a prática profissional articulada à formação geral. É balizado por uma visão progressista que busca relacionar a teoria com a prática, numa perspectiva de ação-reflexão-ação. Vale-se dos pressupostos legais, seguindo a legislação vigente, bem como a sua fundamentação teórica voltada para uma educação com qualidade social, numa visão de exercício da cidadania ativa que contribui, efetivamente, para construção de um mundo justo e solidário.

A formação, composta por espaços didáticos e de relação com empresas, possibilitará aos técnicos experiências de aprendizagem que integram a teoria e a prática profissional. Dessa forma, os alunos poderão vivenciar o trabalho coletivo e solidário, contribuindo para a qualificação individual e a valorização do trabalho em equipe, formando indivíduos mais críticos frente às necessárias mudanças ambientais que reclama a sociedade atual.

Perfil do egresso

O Tecnólogo em Processos Gerenciais poderá atuar em todo tipo de organização, em instituições públicas, privadas e do terceiro setor, com o apoio de ferramentas de gestão e metodologias para o gerenciamento dos processos de negócios.

O profissional poderá aplicar seus conhecimentos no gerenciamento de empresas de pequeno, médio ou grande porte, cooperativas e órgãos da administração pública. Dentre os processos gerenciais pelos quais pode ser responsável, destacam-se: processos ligados à área de marketing, como a área de vendas, de propaganda, de promoções e de distribuição; processos de produção e de operações em empresas comerciais e prestadoras de serviços; processos de gestão de pessoas; processos de gerenciamento financeiro e processos de estabelecimento de estratégias, assim como, elaboração do planejamento estratégico.

Acredita-se que a inserção do Tecnólogo em Processos Gerenciais no mundo do trabalho ocorrerá facilmente, não só como colaborador de empresas, mas também como empreendedor ou intraempreendedor, estabelecendo novos modelos de negócios e aproveitando oportunidades existentes no ambiente empresarial.

O Tecnólogo em Processos Gerenciais poderá atuar em qualquer tipo de organização, com o apoio de ferramentas de gestão e metodologias para o gerenciamento dos processos de negócios. O egresso do Curso de Tecnologia em Processos Gerenciais deverá ser capaz de executar funções de apoio administrativo e de suporte às operações organizacionais, através:

- da confecção, expedição, protocolo e arquivamento de documentos administrativos;
- da realização de controle de estoque;
- da operação de sistemas de informações gerenciais de pessoal e materiais;
- da utilização de ferramentas da Informática Básica;
- do conhecimento sobre gestão de pessoas;
- do conhecimento sobre os princípios e aplicações de processos produtivos e logísticos;
- da aquisição de uma visão sistêmica do ambiente organizacional e suas influências;

- da adoção de posturas de liderança e pró-atividade.

Diretrizes e Atos Oficiais

O Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Processos Gerenciais baseia-se nos seguintes documentos da legislação vigente:

Leis, Decretos e Portarias:

- Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;
- Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004, institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.
- Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes.
- Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- Decreto nº. 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis no 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- Portaria MEC n.º40, de 12 de dezembro de 2007, reeditada em 29 de dezembro de 2010. Institui o e-MEC, processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, entre outras disposições.
- Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia
- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista

Parecer do Conselho Nacional de Educação

- Parecer CNE/CES nº 436/2001, aprovado em 2 de abril de 2001, que dispõe sobre as Orientações sobre os Cursos Superiores de Tecnologia
- Parecer CNE/CP n.º 29, de 3 de dezembro de 2002, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.
- Parecer CNE/CES nº 277/2006, aprovado em 7 de dezembro de 2006, determina a nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação.
- Parecer CNE/CES nº 239/2008, aprovado em 6 de novembro de 2008, carga horária das atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia.

Resoluções do Conselho Nacional de Educação (Conselho Pleno)

- Resolução CNE/CP n.º 3, de 18 de dezembro de 2002, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.
- Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004, que dispõe sobre a Educação das Relações Étnico-raciais e História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.
- Resolução CNE/CES n.º3, de 2 de julho de 2007 - Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, e dá outras providências.
- Resolução CNE/CP n.º 1 de 30 de maio de 2012 – Prevê a Educação em Direitos Humanos como tema transversal.

Instruções Normativas e Documentos Orientadores do IFRS

- Regimento Geral do IFRS, aprovado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme resolução no 064 de 23 de junho de 2010 Alterado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme resolução nº 80 de 22 de outubro de 2013.
- Organização Didática do IFRS - Aprovada pelo Conselho Superior, conforme Resolução nº 086, de 17 de outubro de 2017
- Instrução Normativa PROEN 002/2016 - Regulamenta procedimentos para formatação, submissão, extinção de Projetos Pedagógicos de Cursos no âmbito do IFRS e seus respectivos fluxos.
- Regimento Interno do IFRS - campus Caxias do Sul, Aprovado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme resolução nº 023, de 17 de abril de 2012.
- Regimento Complementar do IFRS – campus Caxias do Sul, Aprovado pela Resolução do Conselho de Câmpus nº 06, de 12 de setembro de 2012. Alterado pelas Resoluções nº 13-B e nº 13-C, de 12 de junho de 2014.

Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena

Conforme determinado pela Resolução CNE/CP Nº 01/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, as instituições de Ensino Superior incluirão, nos conteúdos de componentes curriculares e nas atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes e aos indígenas, objetivando promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes, no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção da nação democrática.

Visando atender à essas diretrizes, além das atividades que podem ser desenvolvidas no *campus* envolvendo essa temática, alguns componentes curriculares do curso abordarão conteúdos específicos enfocando esses assuntos. Assim, os componentes curriculares “Ética e Práticas Sociais” e “Leitura e Produção de Textos Acadêmicos” promoverão, dentre outras, a compreensão da diversidade cultural por meio da leitura e da interpretação de textos, bem como a promoção de debates acerca das questões étnico-raciais relativas à constituição da cultura brasileira, com ênfase nas matrizes africana e indígena.

Educação Ambiental

Considerando a Lei nº 9.795/1999, que indica que “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”, determina-se que a educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente também no ensino superior. Dessa forma, está prevista, neste curso a integração da educação ambiental aos componentes curriculares do curso de modo transversal, contínuo e permanente (Decreto Nº 4.281/2002), por meio da realização de atividades curriculares e extracurriculares, desenvolvendo-se esse assunto em projetos, palestras, apresentações, programas, ações coletivas, dentre outras possibilidades. Complementarmente, em alguns momentos do curso, essa temática vem à tona com uma dimensão diferenciada. No 2º semestre, os componentes curriculares “Gestão Ambiental” o fazem de forma a inserir o discente no contexto da problemática ambiental, trazendo questões como sustentabilidade e responsabilidade à discussão.

Componente Curricular de LIBRAS

De acordo com o Decreto 5.626/2005, o componente curricular “Libras” (Língua Brasileira de Sinais) deve ser inserida como disciplina curricular optativa nos cursos superiores de Tecnologia. Assim, na estrutura curricular deste curso, visualiza-se a inserção do componente curricular de LIBRAS, conforme determinação legal.

Formas de Ingresso

A Política de Ingresso Discente do IFRS (IFRS, 2014a, p. 193) é o conjunto de princípios e diretrizes que estabelecem a concepção, a organização, as competências e o modo de funcionamento dos diferentes órgãos para a implantação de ações que promovam o ingresso de novos estudantes, sendo que o requisito mínimo para ingresso é a conclusão do ensino médio. Conforme a Política de Ingresso Discente, as formas de ingresso aos cursos superiores de graduação, dentre eles, ao Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, se dá através da nota obtida no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) e por processo de ingresso próprio. Além disso, o acesso ao Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais poderá se dar mediante Ingresso de Diplomado, Ingresso de Estudante Visitante e Ingresso via Transferência. Tais processos são regulamentados pela Organização Didática do IFRS e por Editais Específicos.

Destinam-se 40 vagas anuais para o Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais no *campus* Caxias do Sul.

Princípios Filosóficos e Pedagógicos do Curso

Os princípios filosóficos e pedagógicos que norteiam o curso de Tecnologia em Processos Gerenciais estão fundamentados na Legislação Nacional e nos documentos oficiais que embasam a política educacional do IFRS, tais como o Projeto Político Institucional (PPI), o Plano de Desenvolvimento Institucional - 2014-2018 (PDI) e a Organização Didática (OD).

Assim sendo, partimos do pressuposto- e da interpretação – de que o ser humano é um ser relacional em realidades concretas, constituindo-se enquanto tal, pautado pelas relações de trabalho. Isso implica reconhecer que o ser vivente, por não nascer pronto e acabado, necessita aprender, a todo instante, a tornar-se humano, ocorrendo isso, a partir da educação.

O ser humano é um ser relacional em realidades concretas. É nessa teia que ele se constitui enquanto tal, pautado pelas relações de trabalho. Isso implica reconhecer que o ser vivente, por não nascer pronto e acabado, necessita aprender, a todo instante, a tornar-se humano. Dessa forma, a humanidade desse ser emerge a partir da educação. Portanto, inerente a todo ser humano, está a necessidade de ser educado.

Para Santos (2008, p. 29), a junção epistemológica, no ser humano, implica na capacidade de inventar a sociedade, “instituindo as figuras que a compõem e que dotam a práxis humana de todo o seu significado”. Nesse sentido, é importante salientar que o ser humano

[...] não nasce pronto nem segue uma lógica determinada, do dever ser, ele é sempre um projeto em construção, um vir-a-ser, uma possibilidade. Por ser uma possibilidade é que ele irá constituir-se com o que emergirá do imaginário radical e instituinte. A imaginação radical é que irá permitir ao ser humano criar as suas instituições e significá-las a sua maneira, fazendo e refazendo suas histórias sociais, suas experiências, ao mesmo tempo que se relaciona com o mundo, com os outros e consigo mesmo. (SANTOS, 2008, p. 31).

A educação, no decorrer da história, tem ocorrido em tempos, espaços e territórios delimitados pelas relações do mundo do trabalho. A intencionalidade da educação produz processos de aprendizagem com vistas a uma sociedade constituída pelo ser humano, em classes sociais, que busca, por meio do trabalho, uma ciência e tecnologia que avança na perspectiva da democracia e cidadania dos seres humanos autônomos e livres.

Nesse sentido, pretende-se superar a dicotomia entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, propondo processos formativos unitários e omnilaterais. Ou seja, propõe-se uma formação que considere o desenvolvimento de todas as dimensões humanas e não apenas os saberes necessários para a adaptação do trabalhador aos ditames do mundo do trabalho. Em suas dinâmicas formativas, a instrução

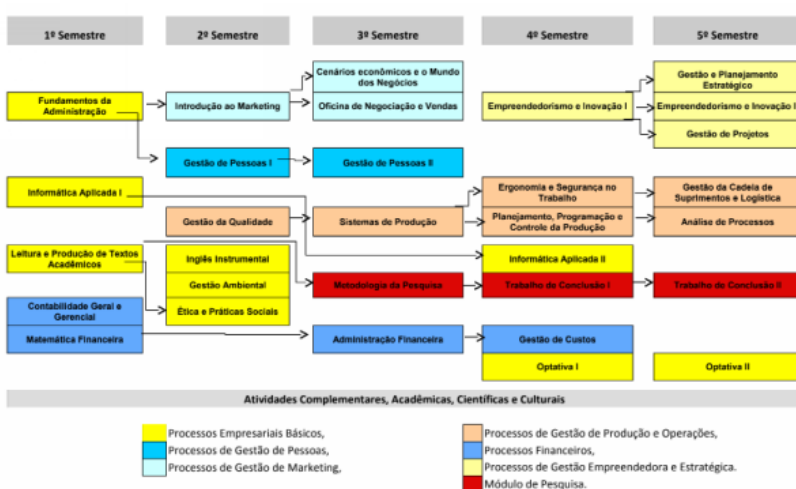
profissional e a instrução básica são compreendidas como unitárias e necessárias à plena humanização. Nesse redimensionamento, a noção de *politecnia* [3] não deve ser confundida com a multiplicidade de técnicas ou de qualificações. A politecnia deve ser entendida como elemento associado ao desenvolvimento intelectual, psicológico, científico e cultural (multilateral ou omnilateral) dos sujeitos. Ainda nessa perspectiva, a concepção de educação politécnica requer uma visão social de mundo completamente distinta daquela que, hegemonicamente, se configura em uma sociedade marcada pela lógica do mercado.

A concepção de um curso e a sua praticabilidade, com base nos fundamentos expostos, aliada às mudanças paradigmáticas, econômicas e produtivas, reside nos processos de construção, gestão e disseminação dos conhecimentos politécnicos pautados na omnilateralidade, no exercício amplo da criatividade, da imaginação humana e na liberdade de se definir o modo como a vida em sociedade se realiza. Portanto, a construção de uma sociedade, através do acesso à informação, mediada pela análise crítica, pode criar oportunidades de se constituir um experimento de sociedade na qual os sujeitos possam desfrutar de uma maior consciência de sua cidadania e sejam capazes de reagir às desigualdades socioeconômicas.

Portanto, somente através desses pressupostos, poderemos cumprir a Missão do IFRS, definida como:

“Promover a educação profissional, científica e tecnológica, gratuita e de excelência, em todos os níveis e modalidades, através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, em consonância com as demandas dos arranjos produtivos locais, formando cidadãos capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável.” (IFRS, 2014a, p. 18)

Representação Gráfica do Perfil de Formação



Matriz Curricular

SEMESTRE I	Aulas por semana	Hora Aula	Hora Relógio	
Fundamentos da Administração	4	80	66	
Informática Aplicada I	4	80	66	
Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	4	80	66	
Contabilidade Geral e Gerencial	4	80	66	
Matemática Financeira	4	80	66	
Subtotal	20	400	330	
SEMESTRE II	Aulas por semana	Hora Aula	Hora Relógio	
Introdução ao Marketing	4	80	66	
Gestão de Pessoas I	4	80	66	
Gestão da Qualidade	4	80	66	
Inglês Instrumental	4	80	66	
Gestão Ambiental	2	40	33	
Ética e Práticas Sociais	2	40	33	
Subtotal	20	400	330	
SEMESTRE III	Aulas por semana	Hora Aula	Hora Relógio	
Cenários econômicos e o Mundo dos Negócios	2	40	33	
Oficina de Negociação e Vendas	4	80	66	Introdução ao Marketing
Gestão de Pessoas II	4	80	66	
Sistemas de Produção	4	80	66	
Metodologia da Pesquisa	2	40	33	
Administração Financeira	4	80	66	
Subtotal	20	400	330	
SEMESTRE IV	Aulas por semana	Hora Aula	Hora Relógio	
Empreendedorismo e Inovação I	2	40	33	
Ergonomia e Segurança no Trabalho	4	80	66	
Planejamento, Programação e Controle da Produção	4	80	66	Sistemas de Produção
Informática Aplicada II	4	80	66	Informática Aplicada I
Trabalho de Conclusão I	2	40	33	Metodologia da Pesquisa, Gestão de Pessoas II, Sistemas de Produção, Administração Financeira
Gestão de Custos	4	80	66	

Optativa I	2	40	33	
Subtotal	22	440	363	
SEMESTRE V	Aulas por semana	Hora Aula	Hora Relógio	
Gestão e Planejamento Estratégico	2	40	33	
Empreendedorismo e Inovação II	2	40	33	Empreendedorismo e Inovação I
Gestão de Projetos	4	80	66	
Gestão da Cadeia de Suprimentos e Logística	4	80	66	Planejamento, Programação e Controle da Produção
Análise de Processos	4	80	66	
Trabalho de Conclusão II	2	40	33	Trabalho de Conclusão I
Optativa II	2	40	33	
Subtotal	20	400	330	
Carga Horária Total do Curso	-	2.040	1.683	
Atividades Curriculares Complementares⁴	-	20	16	
Carga Horária Total com horas complementares	-	2060	1699	

O ENADE é componente curricular obrigatório, conforme Lei Nr. 10.861 de 14 de abril de 2004.

COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS	Aulas por semana	HORA AULA	HORA SEMANAL	PRE-REQUISITO	
Optativa I	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	2	40	33	-
	Estatística Aplicada	2	40	33	-
	Pesquisa em Marketing	2	40	33	-
Optativa II	Jogos de Empresas	2	40	33	-
	Gestão do Conhecimento e Competências	2	40	33	-
	Simulação Empresarial	2	40	33	-

Organização por Componente Curricular

SEMESTRE I

⁴ Conforme estabelece o artigo 37, parágrafo 2º da Organização Didática do IFRS, as horas previstas para as Atividades Curriculares Complementares não devem ser computadas na carga horária mínima prevista para o Curso. As atividades curriculares complementares são organizadas de acordo com o Regulamento das Atividades Curriculares Complementares (Apêndice I).

Fundamentos da Administração			
Carga Horária	4 horas aula / semana	Carga Horária (sem)	80 horas aula
Oferta	1º semestre	Carga Horária Total	66 horas relógio
Ementa	Definição de Administração. Processo Administrativo: conceituação, características. Introdução à teoria geral da administração. Bases históricas. Abordagem clássica: administração científica e teoria clássica. Abordagem humanística: teoria das relações humanas. Abordagem estruturalista: modelo burocrático e teoria estruturalista. Abordagem neoclássica: teoria neoclássica e administração por objetivos. Abordagem comportamental: teoria comportamental e desenvolvimento organizacional. Abordagem sistêmica: teoria cibernética, teoria matemática, teoria sistêmica e teoria dos jogos. Abordagem contingencial: teoria contingencial.		
Objetivo Geral	Desenvolver reflexão teórica, com embasamento científico, acerca da evolução das diferentes teorias da administração em diferentes contextos.		
Bibliografia Básica	CERTO, Samuel C. Administração moderna. 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003. MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. Teoria geral da administração para o século XXI. São Paulo: Ática, 2007.		
Bibliografia Complementar	CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 7. ed. São Paulo: campus, 2004. DAFT, Richard L. Administração. São Paulo: Cengage Learning, c2010. FAYOL, Henri. Administração industrial e geral. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1990. MORGAN, Gareth. Imagens da organização. São Paulo: Atlas, 2006. TAYLOR, Frederick W. Princípios de administração científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1990.		

Informática Aplicada I			
Carga Horária	4 horas aula / semana	Carga Horária	80 horas aula
Oferta	1º semestre	Carga Horária Total	66 horas relógio
Ementa	Introdução à informática. Sistemas operacionais. Editores de textos. Planilhas eletrônicas. Técnicas de apresentação. Ferramentas para internet e e-mail.		
Objetivo Geral	Apresentar ao aluno conceitos básicos em informática, os principais componentes de hardware e software e sua inter-relação. Capacitar no uso de softwares aplicativos e utilitários para fins acadêmicos e profissionais.		
Bibliografia Básica	LAUREANO, Marcos; OLSEN, Diogo Roberto. Sistemas operacionais. Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2010. MCLAUGHLIN, Brett; POLLICE, David. Análise e projeto orientado ao objeto. Rio de Janeiro: Alta Books, 2007. MOKARZEL, Fábio; SOMA, Nei Yoshihiro. Introdução à ciência da computação. Rio de Janeiro: Campus, 2008.		
Bibliografia Complementar	ALCALDE LANCHARRO, Eduardo; MOLINA, Sérgio (trad.) Informática básica. São Paulo: Pearson, 1991. BRAGA, William. OpenOffice calc & writer: passo a passo: tutorial de instalação do OpenOffice. Rio de Janeiro: Alta Books, c2005. MONTEIRO, Mário A. Introdução à organização de computadores. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007. SAWAYA, Márcia Regina. Dicionário de informática & internet: inglês/português. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1999. VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.		

Leitura e Produção de Textos Acadêmicos			
Carga Horária	4 horas aula/semana	Carga Horária	80 horas aula
Oferta	1º semestre	Carga Horária Total	66 horas relógio
Ementa	Estratégias de leitura, análise e produção de textos de diversos gêneros e de diferentes temas. O texto como rede de relações: coesão e coerência textuais. Planejamento e produção de textos acadêmicos. Análise de textos		

	sobre a cultura afro-brasileira, indígena e sobre o mundo do trabalho. Estudo de recursos linguístico-discursivos aplicados ao discurso acadêmico (inserção do discurso alheio, paráfrase, estrutura frasal, pontuação). Estratégias de Expressão Oral.
Objetivo	Preparar o aluno para ler, compreender e produzir textos de circulação na esfera acadêmica e profissional.
Bibliografia Básica	ABREU, A. S. Curso de redação. 12. ed. São Paulo: Ática, 2004. FÁVERO, Leonor Lopes. Coesão e coerência textuais. 11. ed. São Paulo: Ática, 2009. GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever aprendendo a pensar. 23. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
Bibliografia Complementar	CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio da língua portuguesa. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A coesão textual. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2010. SAMPAIO, Vicente de Paulo; SAMPAIO, Rosimir Espíndola. O português nosso de cada dia: para leitores não-especializados em português. São Paulo: LTr, 2003. SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da. Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, c2007.

Contabilidade Geral e Gerencial			
Carga Horária	4 horas aula / semana	Carga Horária	80 horas aula
Oferta	1º semestre	Carga Horária Total	66 horas relógio
Ementa	Conceito, objeto e finalidade. Plano de contas. Operações com mercadorias. Demonstrações financeiras. Balanço patrimonial: ativo, passivo, patrimônio líquido. A demonstração dos resultados do exercício: receitas, despesas, custos, resultados. Análise das demonstrações contábeis e financeiras. Análise horizontal e análise vertical.		
Objetivo Geral	Compreender os aspectos básicos e os princípios fundamentais da contabilidade para analisar demonstrações contábeis, financeiras e indicadores econômicos e contábeis		
Bibliografia Básica	CREPALDI, Sílvio Aparecido CREPALDI, Guilherme Simões. Contabilidade fiscal e tributária. Teoria e Prática. São Paulo: Saraiva, 2014. GOLDRATT, Eliyahu M.; COX, Jeff. A meta: um processo de melhoria contínua. 2. ed. São Paulo, SP: Nobel, c2002. MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.		
Bibliografia Complementar	ÁVILA, Carlos Alberto de. Contabilidade básica. Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2010. IUDICIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos. Curso de contabilidade para não contadores para as áreas de administração, economia, direito, engenharia. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011. LEITE, Helio de Paula. Contabilidade para administradores. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010. MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. OLIVEIRA, Luís Martins de; HERNANDEZ PEREZ JUNIOR, Jose. Contabilidade de custos para não contadores. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009, c2000.		

Matemática Financeira			
Carga Horária	4 horas aula / semana	Carga Horária	80 horas aula
Oferta	1º semestre	Carga Horária Total	66 horas relógio
Ementa	Razões e proporções. Grandezas direta e inversamente proporcionais. Porcentagem. Variação percentual. Capital, juro, taxa de juros, montante. Regimes de capitalização. Juros simples. Descontos simples. Juros compostos. Juros compostos com taxa de juros variáveis. Valor atual de um conjunto de capitais. Sequência uniforme de pagamentos. Montante de uma sequência uniforme de depósitos. Análise de alternativas investimentos.		
Objetivo Geral	Compreender e utilizar os conceitos e as técnicas matemáticas fundamentais envolvidos em Matemática Financeira. Analisar e resolver problemas envolvendo operações financeiras.		
Bibliografia Básica	ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira e suas aplicações. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009. DAL ZOT, Wili Alberto Brancks; CASTRO, Manuela Longoni de. Matemática financeira: fundamentos e aplicações. Porto Alegre, RS: Bookman, 2015. HAZZAN, Samuel; POMPEO, Jose Nicolau. Matemática financeira. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.		
Bibliografia Complementar	BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. Matemática financeira: com HP 12C e Excel. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. BUIAR, Celso Luiz. Matemática financeira. Curitiba: Livro Técnico, 2010. CÉSAR, Benjamin. Matemática financeira: teoria, mais de 100 questões resolvidas e 750 questões propostas. 9. ed. Niterói: Impetus, 2012. IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar 2: logaritmos. 9. ed. São Paulo: Atual, 2004. MILONE, Giuseppe. Matemática financeira. São Paulo: Thomson Learning, 2006.		

SEMESTRE II

Introdução ao Marketing			
Carga Horária	4 horas aula / semana	Carga Horária	80 horas aula
Oferta	2º semestre	Carga Horária Total	66 horas relógio
Ementa	Introdução ao marketing. Conceito e evolução. Princípios e composto de marketing. Planejamento de marketing: estratégia e análise de portfólio. Sistemas de informações de marketing: ambiente e pesquisa de mercado. Comportamento do consumidor: processo de compra, segmentação e posicionamento. Segmentação do marketing: marketing verde, internacional, relacionamento e outros. Decisões em marketing. Ética em marketing.		
Objetivo Geral	Apresentar uma visão geral dos conceitos básicos de marketing, de valor e		

	satisfação do cliente, e do plano de marketing.
Bibliografia Básica	KOTLER, Philip. Administração de marketing: análise, planejamento e controle . São Paulo, SP: Atlas, 1976. LAS CASAS, Alexandre L. Plano de marketing para micro e pequena empresa. São Paulo: Atlas, 2004. YAMAGAMI, Cristina. Marketing - Departamento De Marketing Da Kellogg School Of Management E Philip Kotler. São Paulo: Saraiva, 2013.
Bibliografia Complementar	KOTLER, Philip. Administração de marketing. 10. ed. São Paulo, SP: Prentice-Hall, 2000. KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. Princípios de marketing. 12. ed. São Paulo: Pearson, c2008. KOTLER, Philip. O marketing sem segredos. Porto Alegre: Bookman, 2005. ROCHA, Marcos. Marketing estratégico. São Paulo: Saraiva, 2015. ROSA, Marcos Paulo. Métodos e ferramentas do marketing. Curitiba: Livro Técnico, 2012.

Gestão de Pessoas I			
Carga Horária	4 horas aula / semana	Carga Horária	80 horas aula
Oferta	2º semestre	Carga Horária Total	66 horas relógio
Ementa	Evolução histórica da área de gestão de pessoas. Desenvolvimento organizacional. Clima e cultura organizacional. Aprendizado nas organizações. Gestão do conhecimento. Estratégia e Planejamento em Gestão de Pessoas. Papel do gestor nos processos de mudança organizacional. Ética nas relações. Qualidade de vida no trabalho.		
Objetivo Geral	Compreender a função da área de gestão de pessoas nas questões organizacionais, culturais e de comportamento individual e equipes.		
Bibliografia Básica	BOHLANDER, George; SNELL, Scott. Administração de recursos humanos. 16. ed. : São Paulo, SP CENGAGE, 2015 CHIAVENATO, Idalberto. Administração de recursos humanos: fundamentos básicos. 7. ed. rev. atual. Barueri: Manole, 2010. COSTA, Érico da Silva. Gestão de pessoas. Curitiba, PR: Editora do Livro Técnico, 2010.		
Bibliografia Complementar	CHIAVENATO, Idalberto. Gerenciando com as pessoas: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas. 5.ed. São Paulo: Manole, 2015. CHIAVENATO, Idalberto. Recursos humanos: o capital humano das organizações. 9.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. DUTRA, Joel Souza. Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna. São Paulo: Atlas, 2010. DUTRA, Joel Souza. Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2011. SILVA, Mônica Maria. Planejamento de carreiras. São Paulo, SP: Pearson Education do Brasil, 2013.		

Gestão da Qualidade			
Carga Horária	4 horas aula / semana	Carga Horária	80 horas aula
Oferta	2º semestre	Carga Horária Total	66 horas relógio
Ementa	Entendimento dos conceitos e da evolução da Gestão da Qualidade. Identificação das técnicas e métodos para a melhoria da qualidade no dia-a-dia e para o planejamento da qualidade. Organização de Sistemas da Qualidade na dimensão da organização, com a gestão integrada da Qualidade e Produtividade.		
Objetivo Geral	Compreender os conceitos e as ferramentas da Gestão da Qualidade e sua aplicabilidade organizacional.		
Bibliografia Básica	COSTA, Antonio Fernando Branco; EPPRECHT, Eugenio Kahn; CARPINETTI, Luiz Cesar Ribeiro. Controle estatístico de qualidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005. CRUZ, Tadeu. Sistemas, métodos & processos: administrando organizações por meio de processos de negócios. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011. GOLDRATT, Eliyahu M.; COX, Jeff. A meta: um processo de melhoria contínua. 2. ed., São Paulo, SP: Nobel, c2002.		
Bibliografia Complementar	CAMPOS, Vicente Falconi. TQC: controle da qualidade total (no estilo japonês). Nova Lima: IDG, 2004. CARPINETTI, Luiz Cesar Ribeiro; GEROLAMO, Mateus Cecílio; MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick. Gestão da qualidade: ISO 9001:2008: princípios e requisitos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. CARPINETTI, Luiz Cesar Ribeiro. Gestão da qualidade: conceitos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2010. MARSHALL JUNIOR, Isnard; CIERCO, Agliberto Alves; ROCHA, Alexandre Varanda; MOTA, Edmarson Baccelar. Gestão da qualidade. 10. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. ROTONDARO, Roberto G. (Coord.). Seis sigma: estratégia gerencial para a melhoria de processos, produtos e serviços. São Paulo: Atlas, 2011.		

Inglês Instrumental			
Carga Horária	4 horas aula / semana	Carga Horária	80 horas aula
Oferta	2º semestre	Carga Horária Total	66 horas relógio
Ementa	Compreensão e interpretação de textos de diferentes gêneros em língua inglesa, por meio da aplicação das estratégias de leitura e tópicos gramaticais. Ampliação do léxico pertinente à atividade profissional. Aplicação das estruturas gramaticais na produção escrita e oral de textos.		
Objetivo Geral	Desenvolver a habilidade de leitura e compreensão de textos tanto da área específica dos alunos quanto em contextos profissionais.		
Bibliografia Básica	HAMP-LYONS, Liz; HEASLEY, Ben. Study writing: a course in written skills for academic purposes. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. OXENDEN, Clive; LATHAM-KOENIG, Christina; SELIGSON, Paul. American english file: teacher's book. Oxford: Oxford University Press, c2008. TORRES, Nelson. Gramática prática da língua inglesa: o inglês descomplicado. 10. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2007.		
Bibliografia	BROWN, H. Douglas,. Principles of language learning and teaching. 5. ed.		

Complementar	United States of America: Pearson Longman, 2007. CANO, Márcio Rogério de Oliveira (Coord.); LIBERALI, Fernanda Coelho (Org.). Inglês. São Paulo: Blucher, 2012. FREEWAY: manual do professor. São Paulo, SP: Richmond, 2010. 3 v PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. Ensino de língua inglesa no ensino médio: teoria e prática. São Paulo, SP: Edições SM, 2012. SANTOS, Denise. Ensino de língua inglesa: foco em estratégias. Barueri, SP: Disal, 2012.
--------------	---

Gestão Ambiental			
Carga Horária	2 horas aula / semana	Carga Horária	40 horas aula
Oferta	2º semestre	Carga Horária Total	33 horas relógio
Ementa	Visão histórica da gestão ambiental no mundo e no Brasil. Políticas de educação ambiental. Aspectos e impactos ambientais. Instrumentos de Gestão Ambiental: Avaliação de impacto ambiental, Sistemas de gestão ambiental, Certificação ambiental, Análise de ciclo de vida, Rotulagem ambiental, Auditoria Ambiental. Sistema de gestão integrado: qualidade, meio ambiente e segurança.		
Objetivo Geral	Compreender a gestão ambiental no contexto empresarial, considerando os aspectos econômicos e a legislação vigente.		
Bibliografia Básica	KORMONDY, Edward John; BROWN, Daniel E. Ecologia humana. São Paulo: Atheneu, 2002. LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo (Org.). Educação ambiental, gestão pública, movimentos sociais e formação humana: uma abordagem emancipatória. São Carlos, SP: RiMa, 2009. PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet (Ed.). Curso de gestão ambiental. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2014.		
Bibliografia Complementar	BOSCOV, Maria Eugenia Gimenez. Geotecnia ambiental. São Paulo: Oficina de textos, 2008. DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas. 9. ed. rev. ampl. São Paulo, SP: Gaia, 2004. DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 2. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 2011. DONAIRE, Denis. Gestão ambiental na empresa. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1999. LUZ, Luiz Augusto Rodrigues da. A reutilização da água: mais uma chance para nós. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.		

Ética e Práticas Sociais			
Carga Horária	2 horas aula / semana	Carga Horária	40 horas aula
Oferta	2º semestre	Carga Horária Total	33 horas relógio
Ementa	Estudo dos conceitos fundamentais, das teorias, definições e classificações da Ética e da ação moral. Fundamentos de História do Trabalho. A organização do mundo do trabalho no contexto global. O processo de globalização e os efeitos nas relações de trabalho e nas práticas sociais. As mudanças socioeconômicas no Brasil. Estudo da história e cultura afro-brasileira e africana e também da diversidade cultural presentes nos grupos sociais. Análise e compreensão das principais correntes do pensamento explicativas do agir humano e o dever no campo do Trabalho. Discussão de temas da educação em Direitos Humanos na cultura das sociedades atreladas à educação étnico-racial.		
Objetivo Geral	Promover a reflexão sobre o mundo do trabalho, com base em pressupostos éticos, para interpretar práticas sociais em diferentes contextos socioeconômico.		
Bibliografia Básica	DIAS, Reinaldo. Introdução à sociologia. 2. ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, c2010. DURÃO, Fabio Akcelrud ; ZUIN, Antonio Alvaro Soares ; VAZ, Alexandre Fernandez (Org.). A indústria cultural hoje. São Paulo: Boitempo, 2008. MARQUES, Mário Osório. Conhecimento e modernidade em reconstrução. Juiz: Unijuí, 1993.		
Bibliografia Complementar	FRIGOTTO, Gaudêncio; FRANCO, Maria Aparecida Ciavatta (Org.). A experiência do trabalho e a educação básica. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. GENTILI, Pablo A. A.; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. GIDDENS, Anthony. Sociologia. 6. ed. Porto Alegre, RS: Penso, 2012. GUIMARÃES, Euclides; GUIMARÃES, José Luis Braga; ASSIS, Marcos Arcanjo de. Educar pela sociologia: contribuições para a formação do cidadão. Belo Horizonte, MG: RHJ, 2012. MATTOS, Regiane Augusto de. História e cultura afro-brasileira. São Paulo, SP: Contexto, 2013.		

SEMESTRE III

Cenários econômicos e o mundo dos negócios			
Carga Horária	2 horas aula / semana	Carga Horária	40 horas aula
Oferta	3º semestre	Carga Horária Total	33 horas relógio
Ementa	Ciência econômica: conceito e objeto de estudo. Demanda e oferta. Mercados concorrenciais. Conceitos básicos da teoria econômica vinculados à análise macroeconômica. Economia política da globalização e novas relações com a economia internacional.		
Objetivo Geral	Aplicar os conceitos econômicos básicos para compreender a contextualização econômica e social da organização, considerando o ambiente nacional e internacional		
Bibliografia Básica	MAIA, Jayme de Mariz. Economia internacional e comércio exterior. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006. ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia - livro texto. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2003. VASCONCELLOS, Marco Antonio S.; GARCIA, Gabriel. Fundamentos da economia. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.		
Bibliografia Complementar	BROWNING, Edgar K.; ZUPAN, Mark A. Microeconomia: teoria e aplicações. Rio de Janeiro: LTC, 2004. MANKIW, N. Gregory; HASTINGS, Allan Vidigal ; LIMA, Elisete Paes.		

	Introdução à economia. São Paulo, SP: Cengage Learning, c2010. SOUZA, Nali de Jesus. Desenvolvimento econômico. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005. VASCONCELLOS, Marco Antônio S.; TONETO JR., Rudinei. Economia brasileira contemporânea. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. YONEYAMA, Takashi. Economia digital. São Paulo: Atlas, 2001.
--	---

Oficina de Negociação e Vendas			
Carga Horária	4 horas aula / semana	Carga Horária	80 horas aula
Oferta	3º semestre	Carga Horária Total	66 horas relógio
Pré-requisito	Introdução ao Marketing		
Ementa	Aspectos teóricos da negociação. Estratégias e técnicas negociais. Comunicação na negociação. Percepção. Prática no processo negocial. Aspectos culturais da negociação. Introdução à gestão de vendas. Conceitos, funções e evolução histórica. Campos de atuação. Análise potencial de mercado e previsão de vendas. Orçamentos do departamento de vendas. Técnicas de vendas e estruturação da equipe de vendas. Funções gerenciais de vendas. Avaliação da equipe de vendas.		
Objetivo Geral	Compreender as técnicas de vendas e os mecanismos de negociação		
Bibliografia Básica	CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de vendas: Uma Abordagem Introdutória. 3. ed. :Manole, 2014. GITOMER, Jeferry. A bíblia de vendas. São Paulo; M.Books, 2010. ROCCATO, Pedro Luiz - A bíblia de canais de vendas e distribuição. São Paulo: M. Books, 2008		
Bibliografia Complementar	ANGELO, Claudio; GIANGRANDE, Vera. Marketing de relacionamento no varejo. São Paulo: Atlas, 2004. BLESSA, Regina. Merchandising no ponto-de-venda. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006. BOLINA, JS. Excelência em atender clientes: uma nova visão estratégica para um novo mercado consumidor. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2005. KOTLER, Philip. Administração de marketing. 10. ed. São Paulo, SP: Prentice-Hall, 2000. NARDI, Sérgio. A nova era do consumo de baixa renda: consumidor, mercados, tendências e crise mundial. São Paulo, SP: Novo Século, 2009.		

Gestão de Pessoas II			
Carga Horária	4 horas aula / semana	Carga Horária	80 horas aula
Oferta	3º semestre	Carga Horária Total	66 horas relógio
Ementa	Gestão de competências. Educação corporativa. Análise e descrição de cargos. Recrutamento e seleção. Treinamento e desenvolvimento. Avaliação de desempenho. Remuneração e benefícios. Plano de carreira. Remuneração estratégica e participação nos resultados. Relações sindicais e trabalhistas.		
Objetivo Geral	Compreender a função dos subsistemas da área de gestão de pessoas no contexto organizacional e a sua inter-relação com as demais áreas administrativas.		
Bibliografia Básica	CHIAVENATO, Idalberto. Administração de recursos humanos: fundamentos básicos. 7. ed. rev. atual. Barueri: Manole, 2010. COSTA, Érico da Silva. Gestão de pessoas. Curitiba, PR: Editora do Livro Técnico, 2010. DUTRA, Joel Souza. Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2011.		
Bibliografia Complementar	BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur. Administração de recursos humanos. São. Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2005. CHIAVENATO, Idalberto. Recursos humanos. São Paulo: Atlas, 2002. CHIAVENATO, Idalberto. Recursos humanos: o capital humano das organizações. 9.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. DUTRA, Joel Souza. Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna. São Paulo: Atlas, 2010. SILVA, Mônica Maria. Planejamento de carreiras. São Paulo, SP: Pearson Education do Brasil, 2013.		

Sistemas de Produção			
Carga Horária	4 horas aula / semana	Carga Horária	80 horas aula
Oferta	3º semestre	Carga Horária Total	66 horas relógio
Ementa	Considerações históricas relevantes para a compreensão dos sistemas produtivos; Apresentação da Tipologia dos sistemas de produção; Discussão sobre o processo de transformação e tipos de operações de produção em ambientes de manufatura e de prestação de serviços; Os diversos sistemas de produção e a relação com arranjo físico e tecnologias de processo encontradas nos ambientes produtivos; Tecnologia de Produção, Produção mais limpa; Complexos Industriais no Brasil; O Setor de Insumos e bens de produção; Processamento e Distribuição;		
Objetivo Geral	Compreender como são planejados e estruturados os sistemas produtivos e operacionais de uma organização para a entrega de bens e serviços.		
Bibliografia Básica	CHIAVENATO. Administração da produção: uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro: campus, 2005. CORREA, Carlos A. / CORREA, Henrique Luiz. Administração de produção e operações: manufatura e serviços - uma abordagem estratégica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005. SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. Administração da produção. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.		
Bibliografia Complementar	CHIAVENATO, Idalberto. Administração da produção: uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. CORRÊA, Henrique L.; GIANESI, Irineu G. N; CAON, Mauro. Planejamento, programação e controle da produção MRP II / ERP: conceitos, uso e implantação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007. MARTINS, P. G.; LAUGENI, F. P. Administração da produção. São Paulo: Saraiva, 1998. MOREIRA, D. A. Administração da produção e operações. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1996. SHINGO, Shigeo. O sistema Toyota de produção: do ponto de vista da engenharia de produção. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 1996.		

Metodologia da Pesquisa			
--------------------------------	--	--	--

Carga Horária	2 horas aula / semana	Carga Horária	40 horas aula
Oferta	3º semestre	Carga Horária Total	33 horas relógio
Ementa	O método científico. Introdução à pesquisa e seus conceitos. Tipos de pesquisa, tema, problemas de pesquisa, objetivos e hipóteses. Fontes e formas de coleta de dados. Medidas e instrumentos para coleta e análise de dados. Normas ABNT para elaboração e apresentação de projetos, relatórios e de textos acadêmico-científicos. Apresentação de bases de dados científicos e gerenciadores bibliográficos.		
Objetivo Geral	Compreender as diversas fases de elaboração e desenvolvimento de pesquisas e trabalhos acadêmicos.		
Bibliografia Básica	ANDRADE, Maria Margarida de. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da. Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, c2007 231 p. ISBN		
Bibliografia Complementar	DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. GONÇALVES, Hortência de Abreu. Manual de metodologia da pesquisa científica. São Paulo: Avercamp, 2005. LEMÔNS, Alessandra Isnardi et al. Manual de trabalhos acadêmicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul: Câmpus Bento Gonçalves. Bento Gonçalves: IFRS Campus Bento Gonçalves, 2012. ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011.		

Administração Financeira			
Carga Horária	4 horas aula / semana	Carga Horária	80 horas aula
Oferta	4º semestre	Carga Horária Total	66 horas relógio
Ementa	Introdução à administração financeira. Instrumentos de análise e apoio decisório: índices financeiros. Cálculo do ponto de equilíbrio. Planejamento e orçamento financeiro. Capital de giro. Políticas de crédito e cobrança. Fluxo de caixa. Orçamento de investimentos. Controle orçamentário. Gerenciamento do capital de giro. Alavancagem financeira. Administração de ativos permanentes e investimento de capital. Técnicas de análise de investimento de capital. Custo de capital e estrutura de capital.		
Objetivo Geral	Compreender os objetivos e as funções da administração financeira e contábil na realização de análises econômicas e das demonstrações financeiras.		
Bibliografia Básica	BRAGA, Roberto. Fundamentos e técnicas de administração financeira. São Paulo: Atlas, 2010. RODRIGUES, José Antônio. Dilemas na gestão macroeconômica. Rio de Janeiro, RJ: Qualitymark, 2003. SANTOS, Edno O. Administração financeira da pequena e média empresa. São Paulo: Atlas, 2000.		
Bibliografia Complementar	HOJI, Masakazu. Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 11. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2014. HOJI, Masakazu. Administração financeira: uma abordagem prática. São Paulo, Atlas, 2004. GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. Porto Alegre: Bookman, 2002. RODRIGUES, José Antônio. Dilemas na gestão macroeconômica. Rio de Janeiro, RJ: Qualitymark, 2003. ROSS, Stephen A.; GARCIA, Fabio Gallo. Administração financeira. 8. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.		

SEMESTRE IV

Empreendedorismo e Inovação I			
Carga Horária	2 horas aula / semana	Carga Horária	40 horas aula
Oferta	4º semestre	Carga Horária Total	33 horas relógio
Ementa	Conceitos fundamentais de empreendedorismo e de inovação. Tipos de inovação. Perfil do empreendedor. Importância dos empreendedores para o desenvolvimento. Intraempreendedorismo. Atividade empreendedora como opção de carreira, as micro e pequenas empresas e as formas associativas. Introdução ao plano de negócios		
Objetivo Geral	Compreender a importância do empreendedorismo e da inovação no processo de crescimento das organizações e no desenvolvimento de novos negócios.		
Bibliografia Básica	GAUTHIER, Fernando Alvaro Ostuni; MACEDO, Marcelo; LABIAK JÚNIOR, Silvestre. Empreendedorismo. Curitiba, PR: Editora do Livro Técnico, 2010. HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. Empreendedorismo. Porto Alegre, RS: Bookman, 2009. SALIM, Cesar Simões; SILVA, Nelson Caldas. Introdução ao empreendedorismo: despertando a atitude empreendedora. Rio de Janeiro: Elsevier, c2010.		
Bibliografia Complementar	BHIDE, Amar; BLOCK, Zenas; MACMILLAN, Ian C; NEVENS, T. Michael. HARVARD BUSINESS REVIEW. Empreendedorismo e estratégia. Rio de Janeiro: Campus, 2002. DOLABELA, Fernando. Oficina do empreendedor: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. Rio de Janeiro, RJ: Sextante, 2008. DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. DRUCKER, Peter Ferdinand. Inovação e espírito empreendedor (<i>entrepreneurship</i>): prática e princípios. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1998. TIDD, Joseph; BESSANT, J. R.; PAVITT, Keith. Gestão da inovação. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.		

Ergonomia e Segurança no Trabalho			
Carga Horária	4 horas aula / semana	Carga Horária	80 horas aula
Oferta	4º semestre	Carga Horária Total	66 horas relógio
Ementa	Introdução à segurança e saúde no trabalho. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Riscos ambientais. Acidentes no trabalho e doenças ocupacionais. Equipamentos de segurança. Prevenção e combate contra incêndio. Ergonomia. Relação do ambiente de trabalho ao ser humano em função de suas capacidades anatômicas, fisiológicas e psicológicas. Adaptação da máquina ao homem nos sistemas produtivos.		
Objetivo Geral	Conscientizar para os riscos à saúde em práticas dentro do mundo do trabalho, levar em conta a legislações de segurança do trabalho nos sistemas produtivos e fornecer uma visão da ergonomia, suas metodologias e sua importância para melhoria das condições de trabalho e da produtividade.		
Bibliografia Básica	DUL, Jan; WEERDMEESTER, Bernard. Ergonomia prática. 3. ed. São Paulo. SP. Saraiva, 2012. NR: normas regulamentadoras relativas à segurança do trabalho (capítulo V, Título II, da CLT): NR-1 a NR-34. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Ícone, 2012. PEPLOW, Luiz Amilton. Segurança do trabalho. Curitiba, PR: Base Editorial, 2010.		
Bibliografia Complementar	COLETO, Aline Cristina; ALBANO, Cícero José. Legislação e organização empresarial. Curitiba, PR: Editora do Livro Técnico, 2010. GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa (Org.). Segurança e medicina do trabalho: legislação. São Paulo: Método, 2010. PAOLESCHI, B. Cipa - guia prático de segurança trabalho. São Paulo: Erica, 2011. PONZETTO G. Mapa de riscos ambientais - aplicado a engenharia de segurança do trabalho - CIPA NR - 3. ed. São Paulo: LTR, 2010. SARAIVA E. Segurança e medicina do trabalho. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.		

Planejamento, Programação e Controle da Produção			
Carga Horária	4 horas aula / semana	Carga Horária	80 horas aula
Oferta	4º semestre	Carga Horária Total	66 horas relógio
Pré-requisito	Sistemas de Produção		
Ementa	Planejamento e controle da produção. Manutenção, prevenção e recuperação de falhas Previsão de demanda. Técnicas de programação de operações e de produção: MRP. JIT/JIC. OPT e teoria das restrições. Sequenciamento da produção. Sistemas Kanban. Estratégias de produção. Projeto de produto e processo de produção. Engenharia simultânea. Análise de valor. Técnicas de Gantt, CPM, PERT/TEMPO e PERT/CUSTO.		
Objetivo Geral	Compreender a forma como são planejados e estruturados os recursos de uma organização necessários para a produção de bens e serviços, considerando-se os recursos e as tecnologias disponíveis.		
Bibliografia Básica	CORREA, Carlos A.; CORREA, Henrique Luiz. Administração de produção e operações: manufatura e serviços - uma abordagem estratégica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005. SHINGO, Shigeo. O sistema Toyota de produção: do ponto de vista da engenharia de produção. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 1996. SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. Administração da produção. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.		
Bibliografia Complementar	CHIAVENATO, Idalberto. Administração da produção: uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. CORRÊA, Henrique L.; GIANESI, Irineu G. N; CAON, Mauro. Planejamento, programação e controle da produção MRP II / ERP: conceitos, uso e implantação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007. GOLDRATT, Eliyahu M.; COX, Jeff. A meta: um processo de melhoria contínua. 2. ed. São Paulo, SP: Nobel, c2002. MARTINS, P. G. e LAUGENI, F. P. Administração da produção. São Paulo: Saraiva, 1998. MOREIRA, D. A. Administração da produção e operações. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1996.		

Trabalho de Conclusão I			
Carga Horária	2 horas aula / semana	Carga Horária	40 horas aula
Oferta	4º semestre	Carga Horária Total	33 horas relógio
Pré-requisito	Metodologia da Pesquisa, Gestão de Pessoas II, Sistemas de Produção, Administração Financeira		
Ementa	Iniciação ao projeto do trabalho de conclusão. Desenvolvimento das atividades previstas: Introdução, tema, problema, justificativa, objetivos, referencial teórico.		
Objetivo Geral	Entender os aspectos teóricos e práticos relacionados ao trabalho de conclusão do curso, elaborando um projeto de pesquisa, com a fundamentação teórica e metodologia de aplicação alinhados com o problema de pesquisa e os objetivos definidos.		
Bibliografia Básica	ANDRADE, Maria Margarida de. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da. Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, c2007.		
Bibliografia Complementar	DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. GONÇALVES, Hortência de Abreu. Manual de metodologia da pesquisa científica. São Paulo: Avercamp, 2005. LEMÔNS, Alessandra Isnardi et al. Manual de trabalhos acadêmicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul: Câmpus Bento Gonçalves. Bento Gonçalves: IFRS Câmpus Bento Gonçalves, 2012. ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados . Belo Horizonte: Autêntica, 2008.		

	THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011.
--	---

Gestão de Custos			
Carga Horária	4 horas aula / semana	Carga Horária	80 horas aula
Oferta	4º semestre	Carga Horária Total	66 horas relógio
Ementa	Conceitos, classificação, valorização, departamentalização, apropriação, sistemas de custeio, contribuição de cobertura, decisão entre fabricar ou comprar. Relações custo/volume/lucro. Ponto de equilíbrio. Formação do preço de venda.		
Objetivo Geral	Compreender os principais métodos de custeio e as etapas do processo de formação do custo total de produção de um bem ou serviço, bem como o impacto de cada variável de custo na formação do preço de venda e no resultado econômico de uma organização empresarial.		
Bibliografia Básica	CREPALDI, Sívio Aparecido CREPALDI, Guilherme Simões. Contabilidade fiscal e tributária. Teoria e Prática. São Paulo: Saraiva, 2014. GOLDRATT, Elyahu M.; COX, Jeff. A meta: um processo de melhoria contínua. 2. ed. São Paulo, SP: Nobel, c2002. MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.		
Bibliografia Complementar	AVILA, Carlos Alberto de. Contabilidade básica. Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2010. (Gestão e negócios). LEITE, Helio de Paula. Contabilidade para administradores. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010. MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. OLIVEIRA, Luis Martins de; HERNANDEZ PEREZ JUNIOR, Jose. Contabilidade de custos para não contadores. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009, c2000. IUDICIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos. Curso de contabilidade para não contadores para as áreas de administração, economia, direito, engenharia. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		

Informática Aplicada II			
Carga Horária	4 horas aula / semana	Carga Horária	80 horas aula
Oferta	4º semestre	Carga Horária Total	66 horas relógio
Pré-requisito	Informática Aplicada I		
Ementa	Fundamentos de Sistemas de Informação. Sistemas Integrados de Gestão Empresarial (ERP) na prática. Fluxo de Informações. E-business. Soluções integradas de Tecnologia da Informação: Customer Relationship Management (CRM), Supply Chain Management (SCM) e Business Intelligence (BI). Tendências atuais		
Objetivo Geral	Compreender os aspectos tecnológicos relacionados a aplicação de Sistemas de Informações nas atividades gerenciais das organizações.		
Bibliografia Básica	CHIAVENATO, Idalberto. Administração da produção: uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. CORREA, Carlos A.; CORREA, Henrique Luiz. Administração de produção e operações: manufatura e serviços - uma abordagem estratégica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005. SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. Administração da produção. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.		
Bibliografia Complementar	AUDY, Jorge Luis Nicolas; BRODBECK, Ângela Freitag. Sistemas de informação: planejamento e alinhamento estratégico nas organizações. Porto Alegre: Bookman, 2003. BEAL, Adriana. Gestão estratégica da informação: como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e de alto desempenho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2004. LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. Sistemas de informação gerenciais. 9. ed. São Paulo: Pearson, 2010. MAÑAS, Antonio Vico. Administração de sistemas de informação. 8. ed. São Paulo: Érica, 2012. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Sistemas de informações gerenciais: estratégias, táticas, operacionais. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		

SEMESTRE V

Gestão e Planejamento Estratégico			
Carga Horária	2 horas aula / semana	Carga Horária	40 horas aula
Oferta	5º semestre	Carga Horária Total	33 horas relógio
Ementa	Introdução ao planejamento. Conceituação básica. Característica. Níveis de decisão. Tipos de planos: estratégico, tático e operacional. Políticas organizacionais. Conceitos de estratégia empresarial. Relações da empresa com os cenários ambientes. Análise ambiental: pontos fortes e fracos. Recursos empresariais. Análise ambiental externa. Ameaças e oportunidades. Estratégias genéricas. Vantagem competitiva. Grupos estratégicos. Alianças estratégicas. Clusters.		
Objetivo Geral	Compreender as etapas, os métodos e as ferramentas utilizadas no processo de elaboração do planejamento estratégico das organizações, considerando o papel do mercado, do estado e da sociedade civil.		
Bibliografia Básica	CERTO, Samuel C. Administração estratégica: planejamento e implantação da estratégia. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2010. KOTLER, P. Marketing de A a Z: 80 conceitos que todo profissional precisa saber. RJ: Elsevier/Campus, 2003. SARATT, Newton Dornelles; SILVEIRA, Adriano Dutra da; MORAES, Rogério Pires. Gestão plena da terceirização: o diferencial estratégico. Rio de Janeiro, RJ: Qualitymark, 2008.		
Bibliografia Complementar	ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. Manual de planejamento estratégico: desenvolvimento de um plano estratégico com a utilização de planilhas excel. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. AUDY, Jorge Luis Nicolas; BRODBECK, Ângela Freitag. Sistemas de informação: planejamento e alinhamento estratégico nas organizações. Porto Alegre: Bookman, 2003. FISCHMANN, Adalberto A.; ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. Planejamento estratégico na prática. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2014. MINTZBERG, Henry et al. O processo da estratégia: conceitos, contextos		

e casos selecionados. 4. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2006.
PORTER, Michael E. Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2004.

Empreendedorismo e Inovação II			
Carga Horária	2 horas aula / semana	Carga Horária	40 horas aula
Oferta	5º semestre	Carga Horária Total	33 horas relógio
Pré-requisito	Empreendedorismo e Inovação I		
Ementa	Caracterização da empresa. Estrutura e etapas do projeto. Conceitos iniciais. Estudo de mercado. Localização. Escala de produção. Engenharia do projeto. Investimentos. Orçamento de custos e receitas. Fontes e usos dos recursos.		
Objetivo	Desenvolver no educando a potencialidade de empreender, levando em conta aspectos estruturais e mercadológicos.		
Bibliografia Básica	GAUTHIER, Fernando Alvaro Ostuni; MACEDO, Marcelo; LABIAK JÚNIOR, Silvestre. Empreendedorismo. Curitiba, PR: Editora do Livro Técnico, 2010. HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. Empreendedorismo. Porto Alegre, RS: Bookman, 2009. SALIM, Cesar Simões; SILVA, Nelson Caldas. Introdução ao empreendedorismo: despertando a atitude empreendedora. Rio de Janeiro: Elsevier, c2010.		
Bibliografia Complementar	DEGEN, Ronald Jean. O empreendedor: empreender como opção de carreira. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. DOLABELA, Fernando. Oficina do empreendedor: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. Rio de Janeiro, RJ: Sextante, 2008. DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, c2008. DRUCKER, Peter F. Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios. 1. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, c1986. TIDD, Joseph; BESSANT, J. R.; PAVITT, Keith. Gestão da inovação. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.		

Gestão de Projetos			
Carga Horária	4 horas aula / semana	Carga Horária	80 horas aula
Oferta	5º semestre	Carga Horária Total	66 horas relógio
Ementa	Diferentes métodos de gestão de projetos, considerando as etapas e o ciclo de vida de um projeto. Fatores de risco envolvidos nos projetos. Análise de portfólio. O papel do gerente de projetos Teoria de Redes - Gerenciamento de projetos - Técnicas de Gestão de Projetos. PERT-CPM. Corrente Crítica.		
Objetivo Geral	Compreender os conhecimentos, as habilidades e as técnicas utilizadas na gestão de um projeto.		
Bibliografia Básica	GRAY, Clifford F.; LARSON, Erik W. Gerenciamento de projetos: o processo gerencial. 4. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2009. MOLINARI, Leonardo. Gestão de projetos: teoria, técnicas e práticas. São Paulo: Érica, 2010. PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos: (Guia PMBOK). 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.		
Bibliografia Complementar	DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. LINHARES, Jorge; QUARTAROLI, Cláudio Márcio. Guia de gerenciamento de projetos e certificação PMP. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2004. MONTEIRO, Armando. Certificação PMP. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2008. SABBAG, Paulo Yazigi. Gerenciamento de projetos e empreendedorismo. São Paulo: Saraiva, 2009. VALERIANO, Dalton L. Gerência em projetos: pesquisa, desenvolvimento e engenharia. São Paulo: Pearson Makron Books, 1998.		

Gestão da Cadeia de Suprimentos e Logística			
Carga Horária	4 horas aula / semana	Carga Horária	80 horas aula
Oferta	5º semestre	Carga Horária Total	66 horas relógio
Pré-requisito	Planejamento, Programação e Controle da Produção		
Ementa	Entendimento do processo de gestão da cadeia de suprimentos (Supply Chain Management), Redes de cooperação e Clusters. Identificação dos processos de movimentação, armazenagem, dimensionamento, controle, tempos e custos logísticos, relação com fornecedores, clientes e entidades governamentais; Entendimento dos sistemas de gestão de estoques tradicional e Just in time, reposição contínua e periódica, cálculos de lote de compra e de produção e Kanban; Entendimento da logística reversa, dos Trade-offs em logística e dos canais de distribuição.		
Objetivo Geral	Desenvolver uma visão sistêmica de modelos de distribuição, da cadeia de suprimentos e da logística, bem como da sua importância para a competitividade das empresas, considerando suas interfaces com outras funções organizacionais.		
Bibliografia Básica	BALLOU, Ronald H. Logística empresarial: transporte, administração de Materiais e distribuição física. São Paulo, Atlas, 2003. CORREA, Carlos A.; CORREA, Henrique Luiz. Administração de produção e operações: manufatura e serviços - uma abordagem estratégica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005. SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. Administração da produção. 3.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.		
Bibliografia Complementar	BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J. Logística empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento. São Paulo: Atlas, 2010. DORNIER, Philippe-Pierre; ERNST, Ricardo; FENDER, Michel; KOUVELIS, Panos. Logística e operações globais: textos e casos. São Paulo, SP: Atlas, 2000. GIANESI, Irineu G. N.; CORRÊA, Henrique L. Administração estratégica de serviços: operações para satisfação do cliente. São Paulo: Atlas, 2010. MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de materiais e recursos patrimoniais. 3. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2009. MOURA, Cassia E. Gestão de estoques: ação e monitoramento na cadeia		

	logística integrada. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2004.		
Análise de Processos			
Carga Horária	4 horas aula / semana	Carga Horária	80 horas aula
Oferta	5º semestre	Carga Horária Total	66 horas relógio
Ementa	Organização e produtividade. Racionalização eficiência, eficácia e efetividade. O processo organizador. Arquiteturas organizacionais. Organização departamental. Organização por processos. Estudo de funções e tarefas. Organogramas. Levantamentos de cargos e funções e procedimentos. Fluxograma de papéis e serviços. Racionalização de procedimentos. Relatórios. Manuais de normas e procedimentos. Análise de formulários. Conexões possíveis das tarefas. Layout. Técnicas de representação gráfica. Arranjo físico. Normatização de rotinas e métodos de trabalho. Normas e Manuais. Conceito de sistemas. Sistemas administrativos.		
Objetivo Geral	Compreender os diversos aspectos que envolvem a estrutura organizacional, aplicando técnicas de fluxograma, organograma, quadro de distribuição do trabalho, e elaborando manuais e normas administrativos para aplicá-los nas organizações.		
Bibliografia Básica	ARAÚJO, Luís César Gonçalves de. Organização, sistemas e métodos e as ferramentas de gestão organizacional. São Paulo: Atlas, 2002 CRUZ, Tadeu. Sistemas, métodos & processos: administrando organizações por meio de processos de negócios. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011. CURY, Antonio – Organização e Métodos uma Visão Holística – São Paulo, Editora Atlas, 7. ed. 2000.		
Bibliografia Complementar	ARAÚJO, Luís César Gonçalves de. Organização, sistemas e métodos e as ferramentas de gestão organizacional. São Paulo: Atlas, 2002. ARAÚJO, Luís César G. de. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional: arquitetura organizacional, benchmarking, empowerment, gestão pela qualidade total, reengenharia. 5. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Atlas, 2011. BALLESTRA ALVAREZ, Maria Esmeralda Manual de organização, sistemas e métodos. São Paulo: Atlas, 2014. LLATAS, Maria Virginia. OSM - Uma visão contemporânea. São Paulo.: Pearson, 2011. ROZENFELD, Henrique et al. Gestão de desenvolvimento de produtos: uma referência para a melhoria do processo. São Paulo: Saraiva, 2006.		

Trabalho de Conclusão II			
Carga Horária	2 horas aula / semana	Carga Horária	40 horas aula
Oferta	5º semestre	Carga Horária Total	33 horas relógio
Pré-requisito	Trabalho de Conclusão I		
Ementa	Atividades de orientação na execução do projeto de pesquisa e estágio. Atividades dentro da organização: coleta e análise dos dados e propostas e sugestões. Produção do texto final.		
Objetivo Geral	Desenvolver o projeto de pesquisa, redigir a monografia e elaborar a apresentação do trabalho de conclusão para uma banca de professores.		
Bibliografia Básica	ANDRADE, Maria Margarida de. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da. Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, c2007.		
Bibliografia Complementar	DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. GONÇALVES, Hortência de Abreu. Manual de metodologia da pesquisa científica. São Paulo: Avercamp, 2005. LEMÔNS, Alessandra Isnardi et al. Manual de trabalhos acadêmicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul: Câmpus Bento Gonçalves. Bento Gonçalves: IFRS Câmpus Bento Gonçalves, 2012. ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. THIOLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011.		

COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

Estatística Aplicada			
Carga Horária	2 horas aula / semana	Carga Horária	40 horas aula
Oferta		Carga Horária Total	33 horas relógio
Ementa	Organização e descrição dos conjuntos de dados e domínio dos fundamentos da probabilidade e das inferências estatísticas. Construção de distribuições, frequências, gráficos, cálculo e interpretação de medidas. Aplicação dos tipos de amostragem e estabelecimento de amostras representativas de uma população. Realização de estimativas intervalares, com base na amostragem. Realização de testes de hipóteses para parâmetros.		
Objetivo	Aplicar os conceitos e as ferramentas da estatística e da probabilidade na resolução de problemas.		
Bibliografia Básica	FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de estatística. 6.ed. São Paulo, SP: Atlas, 1996. MORETTIN, Pedro A.; BUSSAB, Wilton de Oliveira. Estatística básica. 6. ed. rev., atual. São Paulo: Saraiva, 2009. MUCELIN, Carlos Alberto. Estatística. Curitiba, PR: Editora do Livro Técnico, 2010.		
Bibliografia Complementar	BUSSAB, Wilton O; MORETTIN, Pedro A. Estatística básica. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. DANTAS, Carlos A. B. Probabilidade: um curso introdutório. 3.ed. São		

Paulo, SP: Edusp, 2013.
 JAMES, Barry R. Probabilidade: um curso em nível intermediário. 3. ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2010.
 PINHEIRO, João Ismael D.; CARVAJAL, Santiago Ramirez; CUNHA, Sonia Baptista da; GOMES, Gastão Coelho. Probabilidade e estatística: quantificando a incerteza. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
 TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro. Estatística básica. 2.ed. São Paulo: Atlas, c1985. 2012

Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)

Carga Horária	2 horas aula / semana	Carga Horária	40 horas aula
Oferta		Carga Horária Total	33 horas relógio
Ementa	Legislação e inclusão. Aspectos da Língua de Sinais e sua importância: cultura e história. Identidade surda. Introdução aos aspectos linguísticos na Língua Brasileira de Sinais: fonologia, morfologia, sintaxe. Noções básicas de escrita de sinais. Processo de aquisição da Língua de Sinais observando as diferenças e similaridades existentes entre esta e a Língua Portuguesa.		
Objetivo	Compreender os fundamentos da Língua Brasileira de Sinais e da cultura surda.		
Bibliografia Básica	QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004. QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre, RS: Artmed, 1997. SANTAROSA, Lucila Maria Costi; CONFORTO, Débora; SCHNEIDER, Fernanda Chagas. Caderno pedagógico: curso de formação de professores em tecnologias da informação e comunicação acessíveis. Porto Alegre, RS: Evangraf, 2013.		
Bibliografia Complementar	CAPOVILLA, Fernando Cesar; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina. Novo deit-libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira, baseado em linguística e neurociências cognitivas. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Edusp, 2012. CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos "is". 7. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2010 FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. Educação inclusiva. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. FIGUEIRA, Alexandre dos Santos. Material de apoio para o aprendizado de LIBRAS. São Paulo, SP: Phorte, 2011. RAIÇA, Darcy (Org.). Tecnologias para a educação inclusiva. São Paulo: Avercamp, 2008.		

Jogos de Empresas

Carga Horária	2 horas aula / semana	Carga Horária	40 horas aula
Oferta	Optativa	Carga Horária Total	33 horas relógio
Ementa	Compreensão prática dos aspectos relacionados ao planejamento e a operações simuladas de atividades empresariais. Aprofundamento das relações entre as áreas e aplicação de simulações de situações reais em empresas.		
Objetivo	Aplicar os aspectos teóricos estudados na tomada de decisões de jogos empresariais.		
Bibliografia Básica	VILARIN, Gilvan de Oliveira. Algoritmos: programação para iniciantes. 2. ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2004. KOTLER, P. Marketing de A a Z: 80 conceitos que todo profissional precisa saber. RJ: Elsevier/Campus, 2003. YAMAGAMI, Cristina. Marketing - Departamento De Marketing Da Kellogg School Of Management E Philip Kotler. Saraiva, 2013.		
Bibliografia Complementar	DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. HARVARD BUSINESS REVIEW. Empreendedorismo e estratégia. Rio de Janeiro: Campus, 2002. MARQUES, Mário Osório. Conhecimento e modernidade em reconstrução. Ijuí: Unijui, 1993. MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. O processo da Estratégia. Porto Alegre: Bookman, 2001 TIDD, Joseph; BESSANT, J. R.; PAVITT, Keith. Gestão da inovação. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.		

Simulação Empresarial

Carga Horária	2 horas aula / semana	Carga Horária	40 horas aula
Oferta		Carga Horária Total	33 horas relógio
Ementa	Entendimento da técnica de simulação empresarial, com a utilização de sistemas computacionais. Desenvolvimento de projetos práticos de simulação computacional. Entendimento dos aspectos práticos e técnicos da modelagem computacional, especialmente na questão da Simulação e sua influência nos principais vetores de competitividade.		
Objetivo	Compreender a aplicação das técnicas de simulação como ferramenta para a competitividade.		
Bibliografia Básica	LAUREANO, Marcos; OLSEN, Diogo Roberto. Sistemas operacionais. Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2010. KOTLER, Philip. Administração de marketing: análise, planejamento e controle. São Paulo, SP: Atlas, 1976. VILARIN, Gilvan de Oliveira. Algoritmos: programação para iniciantes. 2. ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2004.		
Bibliografia Complementar	CRESPO, Antonio Arnot. Estatística fácil. 19. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2009. HAIR JR., Joseph F. Et al. Análise multivariada de dados. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. HAZZAN, Samuel. Fundamentos de matemática elementar: combinatória, probabilidade. 7. ed. São Paulo: Atual, 2004. TANENBAUM, Andrew S. Sistemas operacionais modernos. 3. ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, c2010. VIEIRA, Sônia. Análise de variância: (Anova). São Paulo: Atlas, 2006.		

Pesquisa de Marketing			
Carga Horária	2 horas aula / semana	Carga Horária	40 horas aula
Oferta	Optativa	Carga Horária Total	33 horas relógio
Ementa	Entendimento e elaboração da Pesquisa de Marketing. Definição de metodologias, planejamento, execução, processamento e análise dos dados da pesquisa de marketing. Comunicação dos resultados da pesquisa de marketing.		
Objetivo	Compreender os procedimentos, as ferramentas e as aplicações da pesquisa de marketing		
Bibliografia Básica	KOTLER, Philip. Administração de marketing: análise, planejamento e controle. São Paulo, SP: Atlas, 1976. KOTLER, P. Marketing de A a Z: 80 conceitos que todo profissional precisa saber. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2003. YAMAGAMI, Cristina. Marketing - Departamento De Marketing Da Kellogg School Of Management E Philip Kotler. São Paulo, SP. Saraiva, 2013.		
Bibliografia Complementar	ANGELO, Claudio ; GIANGRANDE, Vera (Coord.). Marketing de relacionamento no varejo. São Paulo: Atlas, 2004. AAKER, David A.; KUMAR, V.; DAY, George S. Pesquisa de marketing. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2004. KOTLER, Philip. O marketing sem segredos. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005. LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Plano de marketing para micro e pequena empresa. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011. ROSA, Marcos Paulo. Métodos e ferramentas do marketing. Curitiba: Livro Técnico, 2012.		

Gestão do Conhecimento e Competências			
Carga Horária	2 horas aula / semana	Carga Horária	40 horas aula
Oferta	Optativa	Carga Horária Total	33 horas relógio
Ementa	Gestão do conhecimento; Criação e Transferência de conhecimento; Capacidade Absortiva e Spillovers. Difusão do conhecimento; Gestão de Conhecimento e sua relação com Estratégia, Cultura, Tecnologia e Inovação; Noção de Competência como referência do desenvolvimento profissional. A contextualização das competências no negócio e na empresa. Desenvolvimento de competências. Aprendizagem individual e coletiva. Formas de aprendizagem. Aprendizagem e Gestão do Conhecimento. A articulação entre aprendizagem e competências. Transferência de Tecnologia.		
Objetivo	Compreender a importância da gestão do conhecimento e da aprendizagem organizacional no contexto organizacional.		
Bibliografia Básica	CHIAVENATO, Idalberto. Administração de recursos humanos: fundamentos básicos. 7. ed. rev. atual. Barueri: Manole, 2010. COSTA, Érico da Silva. Gestão de pessoas. Curitiba, PR: Editora do Livro Técnico, 2010. DUTRA, Joel Souza. Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna. São Paulo: Atlas, 2010.		
Bibliografia Complementar	CHIAVENATO, Idalberto. Recursos humanos: o capital humano das organizações. 9.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. HARVARD BUSINESS REVIEW. Empreendedorismo e estratégia. Rio de Janeiro: Campus, 2002. MARQUES, Mário Osório. Conhecimento e modernidade em reconstrução. Ijuí: Unijuí, 1993. RUAS, Roberto et tal. Os novos horizontes da gestão: aprendizagem organizacional e competências. Porto Alegre: Bookman, 2005.		

Atividades Curriculares Complementares

As atividades curriculares complementares visam a ampliar os horizontes de formação profissional, proporcionando ao profissional uma formação sociocultural abrangente, composta de múltiplas visões sobre o mundo, que favorecerão a sua consciência social, de cidadania, econômica, ecológica e profissional.

O cumprimento da carga horária de atividades complementares constante neste projeto é requisito para a diplomação do aluno, a quem cabe realizar e controlar as atividades por ele desenvolvidas. Os tipos de atividades que serão consideradas e a pontuação equivalente a cada uma delas estão definidos por regulamento específico, apresentado no Apêndice A deste documento.

Trabalho de Conclusão de Curso

Para efetivar a conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, será exigido um trabalho de conclusão do curso. O trabalho é destinado a cumprir uma tarefa acadêmica e com caráter de produção científica, imprescindível à formação profissional. O Trabalho de Conclusão de Curso deve ser orientado por um professor atuante em área relacionada ao conteúdo dos componentes curriculares cursados ou assunto de interesse do estudante.

O Trabalho de Conclusão de Curso, regido por normativa específica (apresentada no Apêndice B), será oferecido em dois semestres consecutivos, de forma que o estudante seja capaz de consolidar as atividades desenvolvidas no curso, a partir da vocação didático-científica, e terá uma carga horária de 66 horas relógio (80 horas aula).

A orientação, o acompanhamento, a supervisão e a avaliação são responsabilidade do professor coordenador do TCC, o qual será nomeado para coordenar e zelar pela execução dos TCCs.

O professor orientador do Trabalho de Conclusão de Curso supervisionará o andamento das atividades realizadas pelos estudantes com o propósito de desenvolver uma investigação de natureza científica. O acompanhamento do trabalho de orientação envolve desde a definição do tema, problema de pesquisa, recorte teórico-metodológico, construção do cronograma de atividades até a redação do texto da monografia.

Para desenvolver a monografia, são atribuições do acadêmico: a) apresentar projeto de TCC ao término do TTC I e o próprio TCC ao término do TCC II; b) desenvolver as atividades previstas para o TCC, conforme programa, sob orientação do professor orientador; c) cumprir integralmente o total de horas previstas para o TCC; d) ser assíduo e pontual tanto no desenvolvimento das atividades exigidas, quanto na entrega dos relatórios e atividades exigidas; e) informar ao professor orientador qualquer dificuldade para a realização do TCC.

Estágio não obrigatório

Conforme legislação vigente (LEI 11.788/08), há a possibilidade da realização de estágios não obrigatórios. O estágio não obrigatório é compreendido como execução de atividades que estejam relacionadas com o perfil profissional definido pelo curso, constituindo-se etapa auxiliar na formação do aluno e optativa na obtenção do diploma.

A sua realização dependerá da disponibilidade de carga horária do estudante e da oferta de instituições empresariais públicas ou privadas que possam ofertar vagas para o estágio. A realização do estágio não obrigatório poderá seguir definições de órgãos de fomento à realização dos estágios, respeitando todas as normativas e a legislação vigente.

Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem

A avaliação, entendida como contínua e cumulativa, constitui-se em um processo mediador na construção do currículo, que contribui para a obtenção de informações sobre os avanços e as dificuldades de aprendizagem de cada estudante, de forma a subsidiar o trabalho docente e a direcionar os esforços e as ações empreendidos, com vistas à construção de conhecimentos significativos. Configura-se, portanto, como suporte permanente para o processo de ensino aprendizagem, conduzindo os sujeitos do processo educativo no (re)planejamento das ações e orientando-os a prosseguir, com êxito, no seu processo de formação.

A avaliação da aprendizagem tem como parâmetros os princípios propostos no PPI do IFRS, a função social do Instituto, os objetivos do curso e o perfil do egresso proposto para o Tecnólogo em Processos Gerenciais. Ela orienta o processo educativo, o acompanha e assiste o desenvolvimento dos estudantes, contribuindo para sua emancipação e para o exercício de sua cidadania ativa. Ainda, tem por finalidade mediar e colaborar com o processo de ensino aprendizagem, tanto individual quanto coletivamente, desenvolvendo estratégias educacionais que contribuam para a efetividade do aprender.

Segundo Firme (2011),

Cada avaliação deve, pois, revestir-se de características próprias em sintonia com o contexto social, político, cultural e educacional onde se realiza e de forma tal que o avaliador é essencialmente um historiador, que descreve, registra e interpreta a história singular de cada cenário.

Nesse sentido, a avaliação, essencialmente formativa, possibilita o diálogo e a interação do professor com o estudante, de forma a promover a construção da autonomia e a responsabilidade para com o ensinar e o aprender. A partir disso, a avaliação compreende, além da verificação da produção e da construção de conhecimentos, o diagnóstico, a orientação e reorientação do processo ensino aprendizagem, visando à apropriação dos conhecimentos de forma significativa pelos estudantes.

Tendo por base esses pressupostos, a avaliação pretende ser diagnóstica, contínua e prognóstica, oferecendo os elementos necessários para que o professor possa planejar a continuidade do seu trabalho pedagógico, seja retomando aspectos ainda não construídos pelos estudantes ou oportunizando a ampliação do conhecimento com a proposição de novos temas, de maior complexidade ou de maior abrangência.

Ao encontro disso, a avaliação possibilita identificar potencialidades e dificuldades de aprendizagem, mapear problemas de ensino e subsidiar decisões sobre a utilização de estratégias e abordagens de acordo com as necessidades dos estudantes, criando condições para que o professor possa intervir de modo imediato ou a longo prazo, para minimizar as dificuldades evidenciadas, redirecionando, caso necessário, o trabalho docente.

Nessa perspectiva, a avaliação também é essencialmente contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada, no processo de ensino aprendizagem, as funções processual, investigativa, orientadora, emancipatória e participativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Segundo Hoffmann, “a avaliação propicia a mudança, o progresso e a aprendizagem. Por isso, é considerada, processual, contínua, participativa, diagnóstica e investigativa” (HOFFMANN, 2001, p. 78).

A avaliação dos aspectos qualitativos compreende, além da apropriação de conhecimentos, o diagnóstico, a orientação e a reorientação do processo ensino aprendizagem, visando ao aprofundamento de saberes e ao desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos estudantes.

Os processos avaliativos, por fim, caracterizam-se pela não-pontualidade, pois consideram o ontem, o presente e o futuro, além de serem dinâmicos e inclusivos, uma vez que objetivam a inclusão dos sujeitos históricos.

Expressão dos Resultados

Em conformidade com a Organização didática do IFRS a verificação do rendimento escolar é feita através de instrumentos diversificados, sendo utilizados, durante o semestre, no mínimo 2 (dois) instrumentos avaliativos, tais como provas, escritas e/ou orais, trabalhos de pesquisa, seminários, exercícios, aulas práticas, a fim de atender às necessidades dos estudantes.

A expressão dos resultados da avaliação, bem como a frequência dos estudantes são registrados no Diário de Classe e arquivados na Coordenadoria de Registros Escolares. O desempenho acadêmico dos estudantes será expresso semestralmente, por componente curricular, através de nota, na escala de 0 (zero) a 10 (dez), sendo admitida apenas uma casa decimal após a vírgula, a partir dos processos de avaliação.

A nota mínima da média semestral (MS) para aprovação em cada componente curricular é 7,0 (sete), calculada através da média aritmética das avaliações realizadas ao longo do semestre. O estudante que não atingir média semestral igual ou superior a 7,0 (sete) ao final do período letivo, em determinado componente curricular, terá direito a exame final (EF). O exame final constará de aplicação de um instrumento avaliativo relacionado aos conteúdos desenvolvidos no componente curricular durante o período letivo.

A média final (MF) será calculada a partir da nota obtida no exame final, com peso 4 (quatro), e da nota obtida na média semestral (MS), com peso 6 (seis), conforme a equação:

$$MF = (EF * 0,4) + (MS * 0,6) \geq 5,0$$

A aprovação do estudante no componente curricular dar-se-á somente com uma frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) e média semestral igual ou superior a 7,0 (sete) ou média final igual ou superior a 5,0 (cinco), após realização de exame.

Estudos de Recuperação Paralela

Os estudos de recuperação paralela, como um processo educativo, têm a finalidade de sanar/minimizar as dificuldades evidenciadas no processo ensino aprendizagem, a fim de elevar o nível da aprendizagem e o respectivo resultado das avaliações dos estudantes, oportunizando-os recuperar qualitativa e quantitativamente os conteúdos e as práticas. Os estudos de recuperação de aprendizagem têm por base a readequação das estratégias de ensino aprendizagem e o desenvolvimento de novas estratégias para superar as dificuldades encontradas.

Ficam asseguradas estratégias diferenciadas de avaliação da aprendizagem aos estudantes com necessidades educacionais específicas, considerando particularidades e mantendo sua finalidade.

Aproveitamento de Estudos

De acordo com a Organização Didática do IFRS, os estudantes que já concluíram componentes curriculares em cursos de mesmo nível, ou cursos de pós-graduação, poderão solicitar aproveitamento de estudos no curso em que estão regularmente matriculados.

As solicitações de aproveitamento de estudos deverão ser protocoladas na Coordenadoria de Registros Acadêmicos do *campus* e encaminhadas à Coordenação de Curso. Caberá a esta o encaminhamento do pedido ao docente responsável pelo componente curricular, objeto de aproveitamento, que realizará a análise e emitirá parecer conclusivo sobre a solicitação. A avaliação da correspondência de estudos deverá recair sobre os conteúdos que integram os programas dos componentes curriculares e cargas horárias, sem a preocupação com a coincidência absoluta dessas variáveis, mas levando-se em conta a equivalência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) de conteúdo e de carga horária, tendo em vista o PPC em que o estudante está matriculado. Poderão ainda ser solicitados documentos complementares, a critério da Coordenação de Curso e, caso se julgue necessário, o estudante poderá ser submetido ainda a uma certificação de conhecimentos.

É vedado o aproveitamento de um mesmo componente curricular, mais de uma vez no mesmo curso, sendo que o aproveitamento deferido não embasa, necessariamente, novos aproveitamentos.

Os componentes curriculares cursados que não apresentarem equivalência com os do curso poderão ter carga horária computada para fins de atividades complementares, conforme Organização Didática do IFRS.

Os pedidos de aproveitamento de estudos e a divulgação das respostas deverão ser feitos nos prazos determinados pelo calendário acadêmico, não excedendo o período de um mês após o início das aulas do respectivo componente curricular. A Coordenação do Curso deverá encaminhar o resultado do processo à Coordenadoria de Registros Escolares, cabendo ao estudante informar-se sobre o deferimento. A liberação do estudante da frequência às aulas dar-se-á a partir da assinatura de ciência no seu processo de aproveitamento de estudos, que ficará arquivado em sua pasta individual.

Os estudantes que concluíram componentes curriculares em programas de Mobilidade Estudantil poderão solicitar aproveitamento de estudos, se regularmente matriculados no curso.

Certificação de Conhecimentos

Em conformidade com a Organização Didática do IFRS, os estudantes poderão requerer certificação de conhecimentos adquiridos através de experiências previamente vivenciadas, inclusive fora do ambiente escolar, com o fim de obter a dispensa de um ou mais componentes curriculares da matriz do curso.

As solicitações de certificação de conhecimentos deverão observar o explicitado na Instrução Normativa nº 5, de 17 de junho de 2015 (IFRS CCS, 2015) e serão protocoladas na Coordenadoria de Registros Escolares, preenchidas em formulário próprio, e encaminhadas à Coordenação de Curso, respeitando-se as datas previstas em calendário acadêmico.

A certificação de conhecimentos dar-se-á mediante a aplicação de instrumento de avaliação elaborado por um professor da área, ao qual caberá emitir parecer conclusivo sobre a solicitação.

METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia parte do pressuposto de que o estudante é sujeito ativo e protagonista no processo de construção do seu conhecimento, que emerge da interação com o docente através do trabalho educativo intencionalmente construído pelos sujeitos do processo. Cabe a eles estabelecer a condução do processo ensino aprendizagem pelo permanente desafio do raciocínio crítico e pela progressiva integração de novos conhecimentos às experiências prévias.

As ações educativas baseiam-se na mobilização para o conhecimento, possibilitando o estabelecimento de vínculos significativos entre o sujeito e o objeto. A mobilização implica na clareza do assunto, na forma de trabalho, nas relações interpessoais entre os sujeitos, os objetos de conhecimento e o contexto em que se inserem. A metodologia dialógica e dialética requer o estabelecimento de relações com as necessidades dos sujeitos, sejam elas: “intelectual, afetiva, ética, física, lúdica, estética, espiritual, econômica, política, social, cultural” (VASCONCELLOS, 1992, p. 8).

Após essa elaboração inicial das representações mentais, passa-se à construção do conhecimento, que possibilita que os sujeitos captem as essências do objeto para construir novos conhecimentos através da elaboração de relações mais abrangentes e complexas. Esse processo implica no desenvolvimento operacional em que se estabelecem relações analíticas significativas entre as representações, ideias, conceitos do sujeito e do objeto em um determinado contexto sócio-histórico. A práxis é o resultado da atividade criativa do sujeito para conhecer o objeto e das articulações desse conhecimento com a realidade. De acordo com Kosik (1985, p. 206), “conhecemos o mundo, as coisas, os processos somente na medida em que os ‘criamos’, isto é, na medida em que os reproduzimos espiritualmente e intelectualmente”.

Por fim, é imprescindível a elaboração de sínteses dos conhecimentos com vistas à ampliação da integração e compreensão dos mesmos, a fim de estabelecer relações entre o abstrato e o concreto com o intuito de transformar a realidade de forma crítica, criativa e ética. Para Vigostky (1987, p. 49), “a formação dos conceitos é seguida por sua transferência para outros objetos: o sujeito é induzido a utilizar os novos termos ao falar sobre outros objetos [...], e a definir o seu significado de uma forma generalizada”.

A metodologia visa mobilizar os saberes necessários para a formação do aluno, de acordo com os documentos normativos e o perfil do egresso anteriormente exposto, bem como oportuniza desenvolver a capacidade de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser e aprender a resolver problemas, intervindo na realidade.

O processo de ensino aprendizagem requer metodologias que articulem o ensino, a pesquisa e a extensão com vistas a uma formação omnilateral e multidimensional e ao bem viver. Cada docente, de acordo com seu plano de ensino, explicita as metodologias a serem utilizadas no processo de ensino aprendizagem, tais como aulas expositivas dialogadas, atividades práticas em laboratórios e ambientes de aprendizagem (presenciais ou virtuais), observações e inserções em contextos educativos matemáticos, saídas de campo, resolução de exercícios, estudos de caso, apresentação e desenvolvimento de trabalhos e seminários.

Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

O termo indissociabilidade remete à ideia da interligação existente entre o Ensino, Pesquisa e Extensão, refletindo um conceito de qualidade do trabalho acadêmico que favorece a aproximação entre a instituição e a sociedade, a auto-reflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho acadêmico.

O planejamento dos componentes curriculares do curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais articula o ensino, a pesquisa e a extensão. Assim, durante o desenvolvimento do curso, os acadêmicos deverão participar de atividades com objetivo de produzir ou sistematizar conhecimentos técnico-científicos da área visando ampliar os horizontes de formação profissional, proporcionando uma formação sociocultural abrangente, composta de múltiplas visões sobre o mundo, que favorecerão a sua consciência social, de cidadania, econômica, ecológica e profissional.

Além disso, de acordo com a Organização Didática do IFRS, o curso proporciona ao aluno ações de indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, que acontecerão através de componentes curriculares do curso como: atividades curriculares complementares, estágios e componentes curriculares optativos, que integram o conhecimento teórico e prático, tanto interna, quanto externamente a instituição de ensino.

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão está diretamente relacionada à organização curricular e à flexibilização dos tempos e dos espaços escolares e extraescolares. Os saberes necessários ao trabalho conduzem à efetivação de ações do ensino e aprendizagem (construção dialógica do conhecimento), da pesquisa (elaboração e reelaboração de conhecimentos) e da extensão (ação-reflexão com a comunidade).

De acordo com Martins (2004), após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais em 1996, muitos educadores adotaram uma postura de mudança nos processos de ensino e de aprendizagem, almejando a relação entre aprendizagens, relacionando cada vez mais as ações dos educandos a partir da realidade e sobre a realidade, tanto no cotidiano quanto ao futuro exercício profissional.

Martins (2004) também acredita que, para tanto, há a necessidade de rever as concepções sobre o ensino, a pesquisa e a extensão. Considera-se que um dos maiores entraves para a concretização dessa indissociabilidade reside na visão fragmentada, taylorista, dos processos nela envolvidos, pela qual ensino, pesquisa e extensão tornam-se atividades em si mesmas.

O fazer pedagógico dos institutos federais, ao trabalhar na superação da separação ciência-tecnologia e teoria-prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade revela sua decisão de romper com um formato consagrado, por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada. (disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf- 30-06-2011, pág. 12)

Além disso, a ausência de espaços coletivos de formação permanente para trabalhadores em educação, a escassez de espaços de discussão e a ausência de espaços coletivos de convivência minimiza o diálogo, a interação entre professores e, por consequência, entre os componentes curriculares e entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve promover a articulação das diferentes áreas do conhecimento e a inovação científica, tecnológica, artística, esportiva e cultural promovendo a inserção do IFRS nos planos local, regional, nacional e internacional.

Na tabela 6, é possível visualizar alguns projetos de extensão e cursos que já foram desenvolvidos no IFRS campus Caxias do Sul que estão vinculados à área do curso.

Tabela 6 - Cursos e Projetos de Extensão

André P. Laborde	2015	II Conscientizando NEABI: Por uma Caxias de todas as Cores
Claudio Kuczowski	2015	Educar para os Direitos Humanos
Rodrigo Bertoni	2016	Curso de Auxiliar Administrativo
Rodrigo Dullius	2015	Curso Básico de Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física

Fonte: SIGPROJ (2016)

POLÍTICAS DE APOIO AO DISCENTE

O IFRS conta com políticas para apoio aos estudantes da Instituição, que são descritas nas subseções seguintes.

Política de Ingresso Discente

Em conformidade com o PDI (IFRS, 2014a, p. 193), entende-se por ingresso a possibilidade de promover o acesso e a permanência dos estudantes no IFRS. O IFRS segue as políticas nacionais de inclusão, de adoção de ações afirmativas e de processos universais que viabilizam o ingresso discente, conforme legislação vigente.

Política de Ações Afirmativas

A Política de Ações Afirmativas do IFRS (IFRS, 2014b) é orientada para ações de inclusão nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, para a promoção do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, étnico-racial, de gênero e de necessidades específicas, e para a defesa dos direitos humanos. Esta política propõe medidas especiais para o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes, em todos os cursos ofertados pelo Instituto, prioritariamente para pretos, pardos, indígenas, pessoas com necessidades educacionais específicas, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e oriundos de escolas públicas.

Os princípios norteadores da Política de Ações Afirmativas do IFRS são o direito à educação pública, laica, gratuita e de qualidade, a igualdade de condições ao acesso, à permanência e ao êxito no itinerário formativo, a articulação entre as práticas educacionais, o trabalho e as práticas sociais, a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, as ciências e o saber, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, o respeito à liberdade, a universalização da educação inclusiva, a garantia dos valores éticos e humanísticos, o convívio e respeito às diversidades étnica, cultural, social, sexual, de gênero, de crença, de necessidades específicas ou outras características individuais, coletivas e sociais, e a promoção da autonomia, participação política e emancipação das juventudes, conforme Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 (BRASIL, 2013).

Política de Assistência Estudantil

A Política de Assistência Estudantil do IFRS (IFRS, 2013) é o conjunto de princípios e diretrizes que estabelecem a organização, as competências e o modo de funcionamento dos diferentes órgãos da Assistência Estudantil para a implantação de ações que promovam o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (BRASIL, 2010), com o Projeto Pedagógico Institucional (IFRS, 2011) e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (IFRS, 2014a).

A Assistência Estudantil possui como princípios o enfrentamento às desigualdades sociais para ampliação e democratização das condições de acesso e permanência dos estudantes no ensino público federal, a busca pela equidade de condições de acesso, permanência e diplomação, a priorização do atendimento às necessidades socioeconômicas, psicossociais e pedagógicas, a transparência na divulgação dos recursos, benefícios, serviços, programas e projetos da Assistência Estudantil, a gestão democrática, o trabalho integrado junto aos Núcleos Institucionais relacionados às políticas de ações afirmativas, a busca pela equidade nos critérios de distribuição dos recursos entre os *campi*, o trabalho integrado com as Direções de Ensino dos *campi* e o trabalho integrado com as Comissões Permanentes de Ingresso.

A Assistência Estudantil possui um amplo escopo de atenção, oferecendo condições para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes e agindo, preventivamente, nas situações de retenção e evasão, incluindo, desde Ações de Caráter Universal, até Programas de Benefícios, atingindo, desse modo, diferentes públicos dentro da comunidade escolar.

Política de Egressos

De acordo com o PDI (IFRS, 2014a, p. 204), os Institutos Federais têm, dentre suas finalidades e características, a necessidade de orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito da atuação da Instituição. Nesse sentido, a Política de Egressos do IFRS, é constituída por um conjunto de ações que visam à manutenção do vínculo do egresso com a Instituição. O acompanhamento de egressos, por sua vez, trata-se de ação específica cujo objetivo é o acompanhamento do itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo do trabalho e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

No âmbito do Curso de Tecnologia em Processos Gerenciais, o Colegiado se articula junto à Direção de Ensino com vistas à construção de políticas de acompanhamento do itinerário profissional e de formação continuada do egresso.

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

O curso de Tecnologia em Processos Gerenciais do *campus* Caxias do Sul busca oportunizar discussões e reflexões que possam contribuir no processo ensino aprendizagem envolvendo o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na educação, em especial, na atuação do Tecnólogo em Processos Gerenciais. Em um mundo cada vez mais globalizado e tecnológico, as TICs auxiliam no desenvolvimento de novos estudos e reflexões sobre as práticas dos docentes e dos estudantes. O fenômeno da globalização, conforme Alonso (2008, p. 748), modifica as relações humanas:

Tempo, espaço e trabalho são afetados pelas dinâmicas que reconfiguram nossas relações, nossa maneira de ser/estar no mundo. Embora seja um processo marcadamente econômico, há nisso uma lógica que impõe outros modos de organização da vida, que se espraia pelo social, cultural, político-educacional, demandando rearranjos e criações humanas que nos possibilitem interagir com o novo, compreender o desconhecido.

No decorrer do curso, há componentes curriculares (por exemplo, informática aplicada I, informática aplicada II) que desafiam o estudante a fazer uso das tecnologias digitais, em especial o computador, de forma que, através de softwares específicos, o aluno possa construir e reconstruir conhecimentos relativos à área do curso. Isso oportuniza ao estudante um exercício de reflexão sobre a importância das TICs na sua atuação profissional.

Para discentes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE), a acessibilidade se realiza através de Adaptação Curricular específica, de acordo com cada situação de ensino aprendizagem e, utilizando-se para tal, o auxílio de softwares específicos. Além disso, há setores e profissionais da instituição que podem ofertar para toda a comunidade do *campus*, cursos, palestras, seminários e outras atividades para discussão a respeito da acessibilidade em todos os espaços da Instituição.

ARTICULAÇÃO COM OS NÚCLEOS: NAPNE, NEABI E NEPGS

O curso de Tecnologia em Processos Gerenciais do *campus* Caxias do Sul se articula com os 3 núcleos de ações afirmativas, NAPNE, NEABI e NEPGS, via integração ensino, pesquisa e extensão. A formação dos estudantes amplia-se com a participação em encontros de formação e conscientização acerca das temáticas que envolvem a diversidade e a pluralidade cultural.

Além disso, a matriz curricular do curso contempla conteúdos específicos de cada núcleo de forma transversal.

AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

Esta seção apresenta as ações decorrentes dos processos de avaliação do Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais.

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO CURSO (SINAES)

O processo de avaliação do Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais segue o disposto na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004), que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O SINAES avalia todos os aspectos que circundam o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como o desempenho dos estudantes, a gestão da instituição, entre outros.

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) tem como objetivo avaliar o desempenho dos estudantes com relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial, integrando o SINAES, a avaliação institucional e a avaliação dos cursos de graduação (INEP, 2015).

Avaliação Institucional

A avaliação institucional tem por objetivo contribuir nas atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão, garantindo espaço à crítica e ao contraditório, oferecendo subsídios para tomada de decisão, redirecionamento das ações e otimização dos processos, além de incentivar a formação de uma cultura avaliativa.

Os resultados da autoavaliação geram, a cada ano, um relatório geral do IFRS, que é produzido pela Comissão Própria de Avaliação Institucional (CPA), e relatórios específicos de cada *campus*, produzidos pelas Comissões Próprias de Avaliação locais.

Com base nos relatórios elaborados pela CPA do *campus* Caxias do Sul, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) procura identificar fragilidades e potencialidades do curso, propondo ações para apreciação em âmbito de Colegiado, que conta com representatividade da comunidade acadêmica.

COLEGIADO DE CURSO

O Colegiado do Curso de Tecnologia em Processos Gerenciais é o órgão consultivo e deliberativo que tem por finalidade acompanhar a implementação do Projeto Pedagógico, avaliar alterações no currículo, planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso, observando o "Regulamento do Colegiado dos Cursos do IFRS, *campus* Caxias do Sul" (Anexo 1), as políticas e normas do IFRS e as demais legislações vigentes. Ainda, este órgão considera os relatórios da Autoavaliação Institucional e de avaliações externas com vistas ao aperfeiçoamento das ações desenvolvidas no curso.

O Colegiado do curso é constituído pelos seguintes membros:

- Coordenador do curso;
- Professores em efetivo exercício que atuam no curso;
- Um técnico-administrativo em educação que atue no setor de Ensino do *campus*;
- Dois representantes (um titular e outro suplente) do corpo discente do curso.

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo e propositivo, vinculado ao Colegiado do Curso, cuja responsabilidade é atuar no processo de concepção, consolidação e permanente atualização do PPC, levando em consideração o "Regulamento do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos do IFRS, *campus* Caxias do Sul" (Anexo 2), as políticas e as normas do IFRS, bem como as demais

legislações vigentes.

Neste sentido, atendendo à Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010 (CONAES, 2010a), e ao Parecer CONAES nº 4, de 14 de junho de 2010 (CONAES, 2010b), compete ao NDE:

- Propor e conduzir atualizações, sempre que necessário, no Projeto Pedagógico do Curso e submeter à apreciação do Colegiado;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no Projeto Pedagógico do Curso;
- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, alinhadas com as exigências do mundo do trabalho e com as políticas públicas relativas à área de Gestão e Negócios;
- Acompanhar e avaliar, sistematicamente, o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso;
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial em nível de Ensino Superior;
- Emitir parecer ao Colegiado de Curso, quando consultado.

O NDE é constituído por docentes, membros do Colegiado, atendendo à seguinte composição:

- Coordenador do Curso, como membro nato e presidente do NDE;
- Cinco docentes pertencentes ao colegiado do curso, sendo pelo menos 60% (sessenta por cento) da área do curso e com dedicação exclusiva.

Objetivando assegurar a continuidade no processo de acompanhamento do curso, a cada 2 (dois) anos, ocorre a renovação parcial de membros do NDE.

QUADRO DE PESSOAL

O *campus* Caxias do Sul conta com um total de 94 servidores, entre o corpo docente e o corpo técnico-administrativo.

Corpo Docente e Quadro Técnico-Administrativo

O *campus* Caxias do Sul conta com uma equipe de 64 docentes efetivos^[4], que atuam nos diferentes níveis, modalidades e cursos do *campus*, como prevê a verticalização dos Institutos Federais. Na Tabela 7, pode-se observar a formação de cada docente que pode atuar no Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, bem como seu regime de trabalho.

O corpo técnico-administrativo em educação do *campus* Caxias do Sul atende a comunidade acadêmica, sendo composto por 46 profissionais^[5] distribuídos nos seguintes cargos: Administrador; Analista de Tecnologia da Informação; Assistente de Alunos; Assistente em Administração; Assistente Social; Auditor; Auxiliar de Biblioteca; Auxiliar em Administração; Bibliotecário; Contador; Jornalista; Pedagogo; Psicólogo; Técnico em Contabilidade; Técnico de Laboratório; Técnico em Assuntos Educacionais; Técnico em Audiovisual; Técnico em Secretariado; Técnico em Tecnologia da Informação

O setor de ensino do *campus*, que atua diretamente com os estudantes do curso, é composto por: Biblioteca; Coordenação de Ensino; Coordenadoria de Assistência Estudantil; Coordenadoria Registros Escolares e Direção de Ensino.

A Tabela 7 apresenta a previsão dos professores que atuarão inicialmente no Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais.

Tabela 7 – Docentes do Curso

Nome	Graduação	Titulação
DANIEL OLIVEIRA DA SILVA	Licenciatura em Letras-Libras	Especialização
DIETER BRACKMANN GOLDMEYER	Automação Industrial	Mestrado
FERNANDO ELEMAR VICENTE DOS ANJOS	Bacharel em Engenharia de Produção	Mestrado
KATIA ARCARO	Licenciatura Plena em Matemática	Doutorado
MANUELA DAMIANI POLETTI DA SILVA	Licenciatura Plena em Letras- Português e Inglês	Mestrado
MARIA DE FÁTIMA FAGHERAZZI PIZZOLI	Bacharelado em Administração	Mestrado
ROBERTA GUIMARÃES MARTINS	Engenharia de Alimentos	Doutorado
RODRIGO DULLIUS	Bacharel em Administração e Ciências Contábeis	Mestrado
SILVANA KISSMANN	Licenciatura em Letras Português-Inglês	Doutorado
VITOR SCHLICKMANN	Licenciatura em Filosofia	Doutorado

Fonte: Autores (2018).

A Tabela 8 apresenta os Técnicos em Assuntos Educacionais e Administrativos que atuarão no curso de Tecnologia em Processos Gerenciais e pertencem ao quadro do IFRS *campus* Caxias do Sul que possuem relação com o curso.

Tabela 8 – Técnicos em Assuntos Educacionais e Administrativos

Nome	Formação Inicial	Titulação
ALINE REGINA HORNBACH	Licenciatura em Letras - Português	Graduação
AMANDA SOUZA SANTOS	Licenciatura em Computação	Mestrado
CAMILA SIQUEIRA RODRIGUES PELLIZZER	Pedagogia	Mestrado
JACANÁ EGGRES PANDO	Bacharel em Biblioteconomia	Graduação
JOCIANNE GIACOMUZZI PIRES	Psicologia	Graduação
KELLY REIS DA SILVA	Administração de Empresas	Graduação

Fonte: Gestão de Pessoas do *campus* Caxias do Sul, 2018.

CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Em conformidade com a Organização Didática do IFRS após integralizar todos os componentes curriculares e demais atividades previstas no PPC, o estudante fará jus ao Diploma com a título de Tecnólogo em processo Gerenciais. Cabe à Coordenadoria de Registros Escolares as providências para a emissão do Diploma, atendendo à solicitação do interessado.

INFRAESTRUTURA

As instalações e equipamentos são partes do patrimônio do *campus* Caxias do Sul, de uso coletivo, e seguem normativas do IFRS sendo atualizados de acordo com a necessidade dos cursos da Instituição.

Os estudantes do curso de Tecnologia em Processos Gerenciais utilizam o Laboratório de Informática que dá suporte às aulas e apoio aos alunos na realização de atividades de cunho didático-pedagógico. Esse laboratório conta com softwares e aplicativos. Atualmente, o *campus* conta com dois laboratórios de informática e os professores utilizam o ambiente virtual de aprendizagem, a plataforma Moodle. O uso dos laboratórios de informática estão regulamentados

As salas de aula são equipadas com quadro branco, computador, serviço de internet, projetor multimídia e, algumas salas, com lousa digital.

A Instituição conta ainda com espaços de estudo, salas de estudos orientados e biblioteca. O IFRS utiliza o sistema Pergamum^[6] para o gerenciamento do acervo das bibliotecas de todos os *campi*. A biblioteca do *campus* Caxias do Sul conta com um acervo de 2.503 títulos e 7.562 exemplares^[7]. Além disso, a biblioteca dispõe da assinatura de 170 bases de dados no Portal Periódicos Capes, contemplando as mais diversas áreas, bem como a assinatura de periódicos.

CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos em âmbito de Colegiado de Curso (ANEXO 1) e pelo Núcleo Docente Estruturante (ANEXO 2), exceto aqueles que não são de sua competência.

VIGÊNCIA DO PPC

Este Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Processos Gerenciais entrará em vigor a partir de sua aprovação pelo Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, K. M. Tecnologias da informação e comunicação e formação de professores: sobre rede e escolas. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 29, n. 104, p. 747-768, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n104/a0629104.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2015.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 29 set. 2015.
- BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em: 21 jul. 2015.
- BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.861.htm>. Acesso: 21 out. 2015.
- BRASIL. **Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006**. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm>. Acesso em: 18 jul. 2015.
- BRASIL. **Chamada Pública MEC/SETEC nº 1 de 2007**. Chamada pública de propostas para apoio ao plano de expansão da rede federal de Educação Tecnológica – fase II. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/edital_chamadapublica.pdf>. Acesso em 19 out. 2015.
- BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11.645.htm>. Acesso em: 24 ago. 2015.
- BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e nº 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11.788.htm>. Acesso em: 20 out. 2015.
- BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 29 set. 2015.
- BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 21 out. 2015.
- BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, 2012a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17810&Itemid=866>. Acesso em: 24ago. 2015.
- BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm>. Acesso em: 29 set. 2015.
- BRASIL. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012**. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, 2012c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm>. Acesso em: 29 set. 2015.
- BRASIL. **Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012**. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012. Brasília, 2012d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf>. Acesso em: 29 set. 2015.
- BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 21 out. 2015.
- BRASIL. **Resolução nº 44, de 27 de maio de 2014**. Altera o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 ago. 2014. Seção 1, n. 149, p. 13. Disponível em: <http://ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201476141311904estatuto_ifrs_completo_diario_oficial.pdf>. Acesso em: 29 set. 2015.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 03 ago. 2015.
- CAPES. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2015.
- FEE. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. **Perfil Socioeconômico**: Caxias do Sul, 2010. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Caxias+do+Sul>>. Acesso em 20 jul. 2015.
- FEE. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. **IDESE**: Tabelas-destaque-2012. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/tabelas-destaque/>>. Acesso em: 20 jul. 2015.
- FIRME, T. P. **Os avanços da avaliação no Século XXI**. UFRJ, 2011. Disponível em: <http://lcc-ead.nutes.ufrj.br/constructore/objetos/Os_avancos_da_avaliacao_do_seculo_XXI.pdf>. Acesso em: 22 set 2015.
- GONZALES, W. R. C. Gramsci e a Organização da Escola Unitária. **Boletim Técnico do Senac**, v. 22, n. 1, 1996. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/bts/221/boltec221c.htm>>. Acesso em: 30 set. 2015.
- HOFFMANN, J. **Avaliar para promover**: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2001.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Educacional 2012**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=430510&idtema=117&search=rio-grande-do-sulcaxias-do-sulensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2012>>. Acesso em: 20 jul. 2015.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2014**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativa_dou_2014.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2015.
- IFRS. **Projeto Pedagógico Institucional do IFRS**. Aprovada pela Resolução nº 109, de 20 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201226102555931ppi_versao_final.pdf>. Acesso em: 29 set. 2015.
- IFRS. **Política de Assistência Estudantil do IFRS**. Aprovada pela Resolução nº 086, de 03 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.riogrande.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20150229654616politica_de_assistencia_estudantil_do_ifrs_aprovada.pdf>. Acesso em: 29 set. 2015.
- IFRS. **Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal do RS 2014-2018**. Aprovado pelo Conselho Superior, conforme Resolução nº 117, de 16 de dezembro de 2014. 2014a. Disponível em: <<http://pdi.ifrs.edu.br/site/conteudo/index/id/237>>. Acesso em: 29 set. 2015.

IFRS. **Política de Ações Afirmativas do IFRS**. Aprovado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme Resolução nº 22, de 25 de fevereiro de 2014. 2014b. Disponível em: <[http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2014210132826341anexo_resolucao_22_14_\(1\).pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2014210132826341anexo_resolucao_22_14_(1).pdf)>. Acesso em: 29 set. 2015.

IFRS. **Organização Didática do IFRS**. Aprovada pelo Conselho Superior, conforme Resolução nº 86, de 17 de outubro de 2017. Disponível em: <<https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/07/OD-Alterada-Publica%C3%A7%C3%A3o-Portal-1.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2018.

IFRS. *campus* Caxias do Sul. **Instrução Normativa nº 5, de 17 de junho de 2015**. Dispõe sobre as diretrizes para solicitação de aproveitamento de estudos e certificação de conhecimentos para os cursos superiores do *campus* Caxias do Sul. Disponível em: <http://www.caxias.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2015516143347618in_n%C2%BA_05_-_certificacao_de_conhecimentos_e_aproveitamento_de_estudos.pdf>. Acesso em: 21 out. 2015.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MACHADO, L. R. S. **Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora**. Campinas: Papyrus, 1992.

MCTI. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0218/218981.pdf>. Acesso em: 29 set. 2015.

MEC/SASE. Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Planejando a Próxima Década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/imagens/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 29 set 2015.

PACHECO, Eliezer. **Novas perspectivas para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. [20--?]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos_novasperspectivas_eliezerb.pdf>. Acesso em: 29 set. 2015.

RUIZ, A. I.; RAMOS, M. N.; HINGEL, M. **Escassez de professores no Ensino Médio**: Propostas estruturais e emergenciais. CNE/CEB, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/escassez1.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2015.

SANTOS, A. de P. **Imaginário radical e educação física**: trajetória esportiva de corredores de longa distância. (Tese de Doutorado em Educação). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/123456789/14170/1/AntonioPS.pdf>> Acesso em: 9 set. 2015.

SDE. Prefeitura de Caxias do Sul, Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Emprego. **Perfil Sócio Econômico**: Caxias do Sul. Caxias do Sul, jul. 2014. Disponível em: <https://www.caxias.rs.gov.br/uploads/desenv_economico/perfil_caxias.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2015.

VASCONCELLOS, C. S. Metodologia Dialética em Sala de Aula. **Revista de Educação AEC**. Brasília, n. 83, 1992.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

Regulamento das ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

O cumprimento da carga horária de atividades complementares é requisito para a diplomação do aluno, a quem cabe desenvolver e controlar as atividades por ele desenvolvidas.

As atividades complementares para o Curso de Tecnologia em Processos Gerenciais podem ser desenvolvidas em três categorias: ensino, pesquisa e extensão. Assim, durante o desenvolvimento do curso os acadêmicos deverão participar de atividades com objetivo de produzir ou sistematizar conhecimentos técnico-científicos da área visando ampliar os horizontes de formação profissional, proporcionando uma formação sociocultural abrangente, composta de múltiplas visões sobre o mundo, que favorecerão a sua consciência social, de cidadania, econômica, ecológica e profissional.

As Atividades Curriculares Complementares deverão totalizar 16 horas, a serem integralizadas no decorrer do Curso, conforme a Matriz Curricular.

Para efeitos de integralização, cada atividade complementar realizada pelo discente em hora será computada em pontos, sendo que 01 hora equivale a 01 ponto. Sendo assim, o discente deverá totalizar 16 pontos em atividades complementares. Todas as atividades são validadas pelo Coordenador de Curso ou comissão por ele designada.

São consideradas como atividades complementares no curso as constantes nas tabelas abaixo ou outras a serem regulamentadas pelos órgãos competentes.

I. Atividades Complementares – Categoria Ensino

Atividade	Exigências	Pontuação na atividade
Disciplina oferecida por curso do IFRS	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar atestado de conclusão com aprovação; • Ser de área afim ao Curso. 	Até 16 pontos
Disciplina oferecida em curso de outra IES	I. Apresentar atestado de conclusão com aprovação; II. Ter sido cursada após o ingresso no curso no IFRS.	Até 16 pontos
Monitoria em disciplina ou laboratório de ensino	<ul style="list-style-type: none"> • Ter sido realizada no IFRS; • Apresentar atestado com período de realização e carga horária semanal. 	Até 16 pontos por monitoria

a) Atividades Complementares – Categoria Extensão

Atividade	Exigência(s)	Pontuação na atividade
Participação em eventos: seminários, congressos, simpósios, palestras, semanas acadêmicas, conferências, encontros, etc.	I. Apresentar atestado de participação; II. Alcançar, no mínimo, 75% da carga horária frequentada no evento; III. Ser evento de área afim ao curso.	Até 16 pontos
Participação em cursos de extensão	I. Apresentar certificado com, no mínimo, 75% de frequência; II. Ser evento de área afim ao curso e promovido por instituição devidamente registrada.	80% da carga horária do evento, desde que não ultrapasse 10 pontos por evento
Atuação como instrutor em cursos de extensão	I. Apresentar atestado; II. Ser aprovado pelo Conselho de Curso.	Até 10 pontos por instrutoria
Apresentação de trabalhos em eventos	I. Apresentar atestado.	10 pontos por evento
Viagens de estudo e visitas técnicas complementares	<ul style="list-style-type: none"> • Ser aprovada pelo Conselho de Curso. 	Até 20 pontos, sendo no máximo 4 pontos por dia de viagem ou a ser definida no projeto da viagem
Representação estudantil em cargos eletivos e Comissões do IFRS	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar atestado com período da ocupação do cargo, não inferior a um semestre. 	Até 10 pontos por semestre
Atuação em empresa júnior, incubadora tecnológica, trabalhos sociais e trabalhos voluntários.	I. Apresentar atestado.	Até 10 pontos
	i. Apresentar atestado de	

Intercâmbio de Estudos	ii. estudos e frequência; Ser aprovado pelo Conselho de Curso.	Até 16 pontos
------------------------	---	---------------

b) Atividades Complementares – Categoria Pesquisa

Atividade	Exigência(s)	Pontuação na atividade
Participação em atividade de Iniciação Científica	i. Apresentar atestado com 75% de efetiva participação; ii. Comprovar a duração mínima da atividade.	Até 10 pontos por semestre
Apresentação de trabalhos em eventos com publicação em Anais	i. Apresentar atestado com identificação do apresentador.	- 10 pontos por apresentação com pôster - 10 pontos por apresentação oral

Os critérios para comprovação de aproveitamento das atividades curriculares complementares desenvolvidas pelo acadêmico serão normatizados em documento específico do campus.

APÊNDICE B - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Natureza e Objetivos

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) caracteriza-se como uma atividade didático-pedagógica obrigatória que deve ser realizada pelo aluno concluinte. O TCC deve estar ligado a áreas afins ao Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, visando:

- I - aquisição e aprimoramento de conhecimentos;
- II - consolidação e integração dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso;
- III - aprofundamento de conhecimentos técnico-científicos em processos gerenciais;
- IV - desenvolvimento de habilidades e competências previstas no projeto pedagógico do curso.

Sistemática de organização do Trabalho de Conclusão do Curso

O Trabalho de Curso será iniciado no quarto semestre, e deve ser concluído no quinto semestre do curso, tendo a supervisão de um professor orientador atuante em área relacionada ao conteúdo dos componentes curriculares cursados e/ou assunto de interesse do estudante.

A carga horária total do TCC é de 66 horas.

São pré-requisitos para a realização o Trabalho de Conclusão de Curso a conclusão dos seguintes componentes curriculares: Metodologia de Pesquisa; Gestão de Pessoas II; Sistemas de Produção; Administração Financeira.

Para o desenvolvimento do TCC, o aluno deve escrever uma monografia que verse sobre temas relacionados aos processos gerenciais.

Coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso e suas atribuições

A orientação, o acompanhamento, a supervisão e a avaliação são responsabilidade do professor coordenador do TCC, o qual será nomeado para coordenar e zelar pela execução dos TCCs.

O professor Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso supervisionará o andamento dos componentes curriculares de Trabalho de Conclusão I e II, contando com o auxílio de professores que atuam como orientadores.

Acadêmico em fase de Trabalho de Conclusão de Curso e de suas atribuições

Somente o aluno regularmente matriculado no curso e que cumpriu os pré-requisitos exigidos pode realizar o trabalho de conclusão de curso. A carga horária total do trabalho de conclusão de curso é de 66h (33h no TCC I e 33h no TCC II).

São atribuições do acadêmico:

- I - apresentar projeto de TCC ao término do TCC I e o próprio TCC ao término do TCC II;
- II - desenvolver as atividades previstas para o TCC, conforme programa, sob orientação do professor orientador;
- III - cumprir integralmente o total de horas previstas para o TCC;
- IV - ser assíduo e pontual tanto no desenvolvimento das atividades exigidas, quanto na entrega dos relatórios e atividades exigidas;
- V - informar ao professor orientador qualquer dificuldade para a realização do TCC.

Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso I

A avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso I, cuja responsabilidade é do Professor Coordenador do TCC, envolve:

I – análise da qualidade do projeto de monografia observando os seguintes itens: capa, folha de rosto, sumário, introdução, justificativa, tema, delimitação do tema, problema de pesquisa, objetivos geral e específicos, referencial teórico, procedimentos metodológicos, bibliografia e cronograma.

II – controle da frequência mínima exigida de 75% (setenta e cinco por cento) às atividades programadas (seminários, reuniões de orientação), cuja participação e desenvolvimento são obrigatórias;

III – verificação do nível de execução de todos os trabalhos e atividades programadas cuja realização é obrigatória.

Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso II

I - elaboração e entrega do relatório final do Trabalho de Conclusão de Curso nos prazos previstos;

II – a análise da qualidade do relatório final do TCC que deve contemplar os seguintes itens: capa, folha de rosto, resumo, abstract, sumário, introdução, justificativa, tema, delimitação do tema, problema de pesquisa, objetivos geral e específicos, referencial teórico, procedimentos metodológicos, diagnóstico e análise situacional, sugestões, conclusão, bibliografia;

III – a defesa oral do TCC a ser realizada em data e hora a ser definida pela Coordenação do TCC. A defesa deve contar com, no mínimo, dois professores do curso, sendo um, obrigatoriamente, o professor orientador.

A nota final do TCC II resulta da média ponderada que envolve a soma das notas atribuídas ao aluno pelos professores que integram a banca na defesa oral do Trabalho de Conclusão II.

Disposições finais

Os casos omissos do presente regulamento serão resolvidos pelo coordenador do curso e professor coordenador do trabalho de conclusão do curso.

A alteração do presente regulamento é matéria de competência das instâncias legais do Instituto Federal de Educação do Rio Grande

do Sul – campus Caxias do Sul.

Os documentos relativos ao Trabalho de Conclusão de Curso devem ficar arquivados sob a responsabilidade da coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso por um período mínimo de cinco anos como forma de comprovação da realização do mesmo.

**REGIMENTO DOS COLEGIADOS DOS CURSOS SUPERIORES DO
IFRS – CÂMPUS CAXIAS DO SUL^[8]**

**CAPÍTULO I
DO CONCEITO**

Art. 1º O Colegiado do Curso Superior é um órgão consultivo e deliberativo de cada curso que tem por finalidade acompanhar a implementação do projeto pedagógico, avaliar alterações dos currículos plenos, discutir temas ligados ao curso, planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso, observando-se as políticas e normas do IFRS.

Art. 2º O Colegiado do Curso Superior do IFRS tem por objetivo desenvolver atividades voltadas para a elevação da qualidade dos Cursos Superiores, com base no Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), na Organização Acadêmica da Instituição e na Legislação vigente.

**CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO**

Art. 3º O Colegiado do Curso Superior é constituído pelos seguintes membros:

- Coordenador do curso;
 - Cinco professores em efetivo exercício, onde pelo menos 80% possui formação específica na área do curso;
 - Dois representantes (um titular e outro suplente) do corpo discente do curso;
 - Um técnico-administrativo da Instituição.
-
- ^o 1º O presidente do Colegiado do Curso Superior será o Coordenador do Curso.
 - ^o 2º O secretário será eleito entre os componentes do colegiado.
 - ^o 3º Os representantes do corpo discente serão escolhidos pelos seus pares.
 - 4º O representante discente, regularmente matriculado, deverá ter cursado pelo menos 1 (um) semestre da carga horária obrigatória do curso e não estar cursando o último semestre.
 - 5º A definição dos novos representantes deverá ocorrer sessenta dias antes do término do mandato dos representantes.

Art. 4º O mandato dos membros discentes será de 1 (um) ano, permitida apenas uma recondução.

**CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS**

Art. 5º São competências do Colegiado do Curso Superior:

- I. Analisar e deliberar propostas de alteração do projeto pedagógico do curso;
- II. Acompanhar o processo de reestruturação curricular;
- III. Propor e/ou validar a realização de atividades complementares do curso;
- IV. Acompanhar os processos de avaliação do curso;
- V. Acompanhar os trabalhos e dar suporte ao Núcleo Docente Estruturante;
- VI. Acompanhar o cumprimento de suas decisões;
- VII. Propor alterações no Regulamento do Colegiado do Curso.

Art. 6º ^o Compete ao Presidente do Colegiado do Curso:

- I - Convocar e presidir as reuniões do Colegiado do Curso;
- II - Convocar reunião extraordinária sempre que, no mínimo, dois terços dos membros do Colegiado a requisitarem;
- III - Executar as deliberações do Colegiado;
- IV - Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Colegiado;
- V - Decidir, *ad referendum*, em caso de urgência, sobre matéria de competência do Colegiado.

**CAPÍTULO IV
DAS REUNIÕES**

Art. 7^o O Colegiado do Curso se reunirá em sessões ordinárias ou extraordinárias:

I - As reuniões terão caráter deliberativo, consultivo, propositivo e de planejamento acadêmico, devendo constar na convocação, explicitamente, se ordinária ou extraordinária;

II - As reuniões ordinárias serão realizadas duas vezes a cada semestre letivo, sendo agendadas previamente no início de cada semestre, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades do Colegiado;

III - As reuniões extraordinárias serão realizadas, por convocação do Presidente do Colegiado ou por 2/3 (dois terços) de seus membros, quando houver assunto urgente a tratar;

IV - Às reuniões do Colegiado poderão comparecer, quando convocados ou convidados, especialistas, mesmo estranhos à Instituição, docentes, estudantes ou membros do corpo técnico-administrativo, para fins de assessoramento ou para prestar esclarecimentos sobre assuntos que lhes forem pertinentes;

V - A convocação das reuniões ordinárias deverá ser por Memorando, podendo ser encaminhado por meio eletrônico, e com antecedência de 2 (dois) dias de cada uma delas, anexando-se à convocação a pauta e os documentos a serem discutidos;

VI - As solicitações de itens para composição de pauta deverão ser encaminhadas à Secretaria do Colegiado e protocoladas no prazo mínimo de 10 (dez) dias de antecedência de realização da reunião ordinária;

VII - A solicitação de convocação de reunião extraordinária por 2/3 (dois terços) dos membros do Colegiado será requerida ao Presidente, que deverá convocá-la e realizá-la no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis;

VIII - As reuniões do Colegiado serão instaladas, em primeira convocação, com a presença 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) do total de membros do Colegiado, e suas deliberações serão tomadas pelo voto majoritário dos presentes;

IX - Quando não houver *quórum* mínimo em primeira convocação, será instalada a reunião em segunda convocação, com qualquer número de presentes, 30 (trinta) minutos após a primeira convocação;

X - A ausência ou falta de representante de determinado segmento não impedirá o funcionamento do Colegiado do Curso;

XI - As reuniões ordinárias e as extraordinárias obedecerão aos seguintes procedimentos:

c) Verificação de *quórum* e abertura;

d) Aprovação da pauta;

e) Informações gerais: solicitação de informações, pedidos de esclarecimentos e quaisquer outros assuntos de interesse do IFRS e do Colegiado suscitados pelos membros;

f) Ordem do dia: apresentação dos processos encaminhados ao Colegiado na forma deste Regimento, aprovação da sequência em que serão apreciados e, finalmente, leitura, discussão e deliberação sobre as matérias colocadas em pauta.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8^o O presente Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Campus do IFRS- Campus Caxias do Sul.

Art. 9^o Este Regimento poderá ser reformulado mediante solicitação do CCS ao Conselho de Câmpus da Instituição que a submeterá à análise e discussão no âmbito do Instituto, para posterior aprovação do Conselho de Câmpus, quando for o caso.

Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado, após consulta por Memorando.

ANEXO 2 - REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

**REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)
DOS CURSOS SUPERIORES DO IFRS – CAXIAS DO SUL**[\[9\]](#)

CAPÍTULO I

DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente regulamento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos Superiores do Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Caxias Do Sul.

Art. 2º O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo, vinculado ao colegiado do curso, cuja responsabilidade é atuar no processo de concepção, consolidação e permanente atualização do projeto pedagógico do curso (PPC), levando-se em consideração as políticas e normas do IFRS.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 3º São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- I. Conceber, elaborar e atualizar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), definindo sua concepção e fundamentos;
- II. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- III. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- IV. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, expectativas da realidade de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- V. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos superiores de graduação.

CAPÍTULO III

DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 4º O Núcleo Docente Estruturante será constituído de:

- g)** Coordenador do Curso, como seu presidente;
- h)** Quatro professores da área que compõe o eixo central do curso;
- i)** No máximo dois professores com formação fora da área do curso que lecionem no curso.

Art. 5º A indicação dos representantes docentes será feita pelo Colegiado de curso para um mandato de 2 (dois) anos, com possibilidade de recondução. A definição dos novos representantes deverá ocorrer sessenta dias antes do término do mandato dos representantes.

Art. 6º Os representantes docentes serão eleitos em reunião específica, convocada pelo Coordenador do Curso, tendo como suplente o candidato que obtiver a maior votação depois dos eleitos.

Art. 7º O membro cuja ausência ultrapassar duas reuniões sucessivas ordinárias ou extraordinárias perderá seu mandato, se as justificativas apresentadas não forem aceitas pelos demais membros do NDE. Em caso de vacância ocorrerá a substituição pelo suplente e na inexistência deste a indicação pelos membros do NDE.

CAPÍTULO IV

DA TITULAÇÃO E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DOCENTES DO NÚCLEO

Art. 8º Os docentes que compõem o NDE devem possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* comprovada.

Art. 9º O percentual de docentes que compõem o NDE com formação acadêmica específica na área do curso é, de pelo menos, 60% (sessenta por cento).

CAPÍTULO V

DO REGIME DE TRABALHO DOS DOCENTES DO NÚCLEO

Art. 10. Os docentes que compõem o NDE são contratados em regime de trabalho de dedicação exclusiva.

CAPÍTULO VI

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 11. Compete ao Presidente do Núcleo:

- Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto;
- Representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- Encaminhar as deliberações do Núcleo;
- Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Núcleo e um representante para secretariar e lavrar as atas;
- Coordenar a integração com os demais Colegiados e setores da instituição.

CAPÍTULO VII

DAS REUNIÕES

Art. 12. O Núcleo reunir-se-á, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, 2 (duas) vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros titulares.

Art. 13. O NDE somente reunir-se-á com a presença mínima de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 14. As decisões do NDE serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes e posteriormente são encaminhadas para o colegiado do curso.

Art. 15. De cada sessão do NDE lavra-se a ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo(a) Presidente e pelos(as) demais presentes.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Os casos omissos serão resolvidos pelo Núcleo ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Art. 17. Este regulamento entra em vigor após aprovação pelo Conselho de Câmpus.

ANEXO 3 – REGULAMENTO DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

Regulamento para Uso dos Laboratórios de Informática^[10]

I. DO REGULAMENTO E SUA APLICAÇÃO

Art. 1º - O presente documento contém as normas que regem e orientam as condições de utilização dos Laboratórios de Informática.

Art. 2º - Ficam sujeitos a este regulamento todos os usuários dos Laboratórios de Informática.

§ único - Os casos omissos e particularidades não contemplados neste documento devem ser encaminhados à Direção de Ensino do campus.

II. DA POLÍTICA DE ACESSO

Art. 3º - Os Laboratórios de Informática são vinculados à Direção de Ensino, que disciplinará suas utilizações de maneira que estejam sempre à disposição dos alunos e professores, durante os horários de aulas dos cursos regulares, de extensão e demais cursos disponibilizados pela direção do campus.

Art. 4º - São considerados usuários dos laboratórios todos os membros da comunidade, alunos e professores;

Art. 5º - Cada usuário é responsável pelo equipamento no período em que estiver fazendo uso desse;

Art. 6º - Os usuários dos laboratórios de informática comprometem-se a utilizar os recursos exclusivamente para atividades de ensino, pesquisa ou extensão. Espera-se de todo usuário o cumprimento a uma série de normas que seguem o bom-senso geral, favorecendo assim a coletividade e o aproveitamento máximo dos laboratórios para fins educacionais.

III. DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Art. 7º - Os Laboratórios de Informática serão utilizados prioritariamente para aulas dos cursos regulares, de acordo com o horário de aulas, divulgado pelo Coordenação de Ensino.

Art. 8º - Em não havendo agendamento de aula para referido horário, assim, havendo disponibilidade do laboratório, o mesmo poderá ser utilizado para atividades externas às aulas regulares, como cursos de extensão.

§ único - As aulas nos Laboratórios de Informática contarão obrigatoriamente com a presença de, pelo menos, um professor-responsável, ou na ausência deste, de um responsável designado pelo professor ou coordenação de ensino.

Art. 9º - Será reservado horário de manutenção semanal dos laboratórios de informática que deverá ser respeitado pelos usuários.

IV. DAS PROIBIÇÕES

Art. 10º - É expressamente proibido nos Laboratórios de Informática:

- a) Instalar softwares sem a permissão do Coordenação de Tecnologia de Informação;
- b) Alterar a configuração padrão dos softwares instalados;
- c) Abrir, desmontar, consertar e reconfigurar qualquer equipamento;
- d) Danificar equipamentos;
- e) Gravar CDs ou DVDs;
- f) Trazer equipamentos particulares para utilização no laboratório, salvo dispositivos de armazenamento removível de pequeno porte, como pendrives;
- h) Trazer e retirar equipamentos sem autorização da Coordenadoria de Tecnologia da Informação;
- i) Desenvolver e disseminar vírus de computador nos equipamentos;
- j) Criar e/ou utilizar programas que tenham o objetivo de obter senhas ou outros dados pessoais de outros usuários;
- k) Utilizar jogos;
- l) Acessar páginas ou utilizar software com conteúdo pornográfico;
- m) Fumar e/ou consumir qualquer tipo de alimento ou bebida;
- n) Utilizar os equipamentos para fins pessoais, ou qualquer outro tipo de atividade incompatível com as tarefas acadêmicas;
- o) Desorganizar o laboratório;
- p) Troca de periféricos (mouse, teclado, monitor de vídeo etc) ou equipamentos de lugar;
- q) Desconectar periféricos (mouse, teclado, monitor de vídeo etc);
- r) Fazer transferências de arquivos extensos via internet;
- s) Tornar públicos assuntos pessoais alheios, conteúdo de correspondências eletrônicas particulares sem autorização;
- t) Publicar ou enviar produto de trabalho de outras pessoas, violando os direitos autorais;
- u) Utilizar os computadores para fins incompatíveis com as atividades da aula que está sendo ministrada, ou seja, navegar na Internet, fazer tarefa de outra disciplina etc;

V. DAS PENALIDADES

Art. 11º - Os usuários que praticarem qualquer ação prevista no caput ou outra que resulte em danos aos Laboratórios de Informática estarão sujeitos às seguintes sanções:

a) Suspensão temporária do direito de uso dos Laboratórios de Informática ;

b) Reposição dos equipamentos danificados ou retirado;

Art. 12º - Caso o usuário tenha dúvida a respeito da permissão de realizar alguma atividade, deve consultar o professor-responsável. A falta de informação não é justificativa para má utilização dos equipamentos ou outro tipo de infração.

VI. DAS BOAS PRÁTICAS DE UTILIZAÇÃO

Art. 13º - Algumas recomendações que constituem boas práticas de utilização dos Laboratórios de Informática:

- a) Os computadores devem ser desligados no final seção diária de trabalho pelos próprios usuários;
- b) Arquivos gravados pelo usuário em discos rígidos devem ser copiados para seu dispositivo de armazenamento pessoal ao terminar da sessão diária de uso, pois os discos rígidos serão apagados sem prévio aviso;
- c) Problemas e ocorrências estranhas observadas com o equipamento devem imediatamente ser reportadas ao professor-responsável, conforme o caso;
- d) As cadeiras devem ser organizadas após o uso do laboratório;
- e) Zelar pela boa utilização dos computadores, cadeiras, mesas e demais equipamentos do laboratórios de informática.

VII. DA VALIDADE DO DOCUMENTO

Art. 14º - O presente documento entra em vigor na presente data, deve ser seguido pelo aluno a partir da assinatura da matrícula, pelo referido ou responsável, junto à secretaria acadêmica.

Art. 15º - Os casos omissos neste Regimento Interno serão resolvidos pela Direção de Ensino em conjunto com a Coordenação de Tecnologia da Informação.

Art. 16º - Revogam-se as disposições em contrário.

1

[1]

[2] PACHECO, E. Os Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica. SETEC-MEC. 2010.

Neste texto, o termo *ensino aprendizagem* é entendido como um processo dialético, dinâmico, que envolve o professor e o estudante em um constante movimento de transformação e construção do conhecimento.

[3] Entende-se *politecnia*, segundo Machado (1992, p. 19), como o “[...] domínio da técnica em nível intelectual e a possibilidade de um trabalho flexível com a recomposição de tarefas a nível criativo. Supõe a ultrapassagem de um conhecimento meramente empírico, ao requerer o recurso a formas de pensamento mais abstratas. Vai além de uma formação simplesmente técnica ao pressupor um perfil amplo de trabalhador, consciente, capaz de atuar criticamente em atividade de caráter criador e de buscar com autonomia os conhecimentos necessários ao seu progressivo aperfeiçoamento”.

[4] Quantitativo informado pela Gestão de Pessoas do campus Caxias do Sul, em 09 mai. 2018.

[5] Quantitativo informado pela Gestão de Pessoas do campus Caxias do Sul, em 09 mai. 2018.

[6] Disponível em: <http://biblioteca.ifrs.edu.br/biblioteca/index.php>

[7] Quantitativo informado Biblioteca do *campus* Caxias do Sul em 03 jun. 2016.

[8] Regimento aprovado na Reunião Ordinária de Julho do Conselho de Campus do IFRS – Caxias do Sul

[9] Regimento aprovado na Reunião Ordinária de Julho do Conselho de Campus do IFRS – Caxias do Sul

[10] Regulamento aprovado na Reunião Ordinária de Julho do Conselho de Campus do IFRS – Caxias do Sul